----------ATA Nº. 18----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2020 (por Videoconferência): Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, reuniu pelas dez horas, em sessão ordinária, no Salão Nobre, por videoconferência, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período Antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação das Atas n.ºs 16 e 17; ----------
2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------
3) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------
4) Certificação Legal das Contas de 2019 – Parecer do Auditor Externo; ----------
5) Proposta n.º 22/2020 - Inventário e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2019; ----------
6) Despacho n.º 17/2020 - Revisão Orçamental n.º 1; ----------
7) Despacho n.º 18/2020 - Apoio a Freguesias – Atividades de natureza social; ----
8) Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município, enquanto Autoridade de Transportes dos serviços públicos de transporte de passageiros, celebrado entre o Município da Mealhada e a CIM-RC. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo Manuel Gomes Breda, solicitou a sua substituição, o que veio a verificar-se por Sandra Isabel Ferreira Carvalho e os Senhores Deputados Municipais, Marilisa Morais Duarte e Nuno Miguel Ferreira de Melo, não estiveram presentes. ----------

Estiveram ainda presentes, os Senhores Presidente da Câmara Municipal, Rui Manuel Leal Marqueiro, Vice-Presidente, Guilherme José Campos Duarte e Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Sara Isabel Marques Ferreira, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida e Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes. ----------

A Senhora Presidente da Mesa propôs, em nome da Mesa, que fosse feito um minuto de silêncio, em homenagem às vítimas do COVID 19, tanto pelos que ficaram doentes, como pelos que faleceram (inicio: após 38 minutos; fim: após 39 minutos).

A Senhora Presidente da Mesa felicitou a Senhora Dra. Isabel Luzeiro, Deputada da Assembleia Municipal, pela sua recente eleição como Presidente da Sociedade Portuguesa de Neurologia, o que era um motivo de orgulho para todos, desejando as maiores felicidades para o desempenho de um cargo de tanta responsabilidade (inicio: após 40 minutos; fim: após 41 minutos). ----------

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Luzeiro, agradeceu e disponibilizou-se para todas as pessoas do seu Concelho que precisassem. (inicio: após 41 minutos; fim: após 42 minutos). ----------

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**. ----------

A Senhora Presidente da Mesa referiu que relativamente às comemorações do 46.º aniversário do 25 de abril de 1974, todos tinham sido traídos pelos acontecimentos, não tendo sido possível a realização das mesmas para ser evitado o contacto entre pessoas e o contágio ou a propagação do vírus, no cumprimento das regras de confinamento, concluindo com os votos e a esperança de que no próximo ano todos pudessem comemorar novamente a data. (inicio: após 42 minutos; fim: após 44 minutos). ----------

Na ausência de inscrições no Período destinado à intervenção do Público, foi iniciado o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais: Iola Batista, Ana Luzia Cruz, Luís Brandão, João Louceiro, Susana Almeida, Isabel Santiago. ----------

1) A Senhora Deputada Municipal, Iola Batista, pediu a palavra, e no uso da mesma, fez a intervenção que a seguir se transcreve, como requereu : "*Pretendo esclarecimentos sobre dois pontos: Primeiro em relação às obras da Escola Secundária, saber em que ponto está a conclusão das mesmas, se há data para a conclusão, ou será que após esta dura realidade, em que os alunos terminam o ano letivo de 2019/2020, ainda são obrigados a iniciar o próximo ano letivo com a escola no estado em que se encontra. Queremos acreditar que não, tal não vai acontecer, porque o próximo ano letivo será um ano particularmente difícil, pois é necessário colmatar as falhas que ficaram deste e as energias de todos devem estar canalisadas nos alunos e não nas paredes da escola. Então Senhor Presidente, uma previsão viável por favor. O segundo ponto que gostava de ver esclarecido, a Câmara da Mealhada adquire computadores para cinquenta alunos do Agrupamento de Escolas, antes de mais reconhecer o envolvimento do Município no sentido de diminuir as dificuldades, as privações de algumas famílias e alunos, que desesperadamente viram as escolas fechadas e foram obrigadas a adaptar-se a uma nova realidade, a conseguir terminar ou pelo menos a acompanhar a conclusão do ano letivo 2019/2020. Agradecer aos funcionários do Município que diariamente estão no terreno, colocando em risco a sua segurança e a sua vida por todos nós. Depois perceber, Senhor Presidente quem suportou afinal o custo dos computadores? O Município, como diz o título da notícia, ou o Município foi apenas o meio para atingir um fim, Senhor Presidente. Cada dia mais, é necessário, cuidado e prudência com o que parece ser mas não é, ou será que afinal até com esta terrível pandemia temos aproveitamento politico?* (inicio: após 48 minutos; fim: após 50 minutos). ----------

2) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que tal como era do conhecimento da Senhora Deputada Municipal, a

Câmara Municipal foi obrigada a resolver o contrato de empreitada da Escola Secundária em virtude do incumprimento do empreiteiro, obrigando a novo concurso público, tendo a empresa sido escolhida e quando se preparava para trabalhar, surgiu toda a problemática conhecida, pelo que a empresa pediu a suspensão dos trabalhos, o que foi concedida pelas leis de exceção do estado de emergência. Terminado o estado de emergência será necessário perceber se o estado de calamidade pública permite ao senhor empreiteiro que esteja com a obra parada ou se pode continuar, e neste caso, reiniciará de imediato os trabalhos. Quanto ao ponto dois, esclareceu que a Câmara Municipal comprou oitenta computadores e não cinquenta, cedeu tablets ao abrigo do programa "Contra o Insucesso Escolar" e o Agrupamento, segundo informação que teve, terá comprado mais vinte e sete computadores. (inicio: após 50 minutos; fim: após 53 minutos). ----------

2) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, fez a intervenção que a seguir se transcreve, como requereu : "*O Bloco de Esquerda por duas vezes que apresentou propostas a votação sobre a transmissão em streaming das reuniões de câmara e das assembleias municipais, e por suas vezes essas iniciativas foram chumbadas pela maioria socialista; agora o PS vê-se obrigado a recorrer às videoconferências para prosseguir as suas reuniões camarárias e assembleias municipais. Poderia até ter avançado com iniciativa semelhante para a comemoração do 25 de abril! Ora, o Bloco de Esquerda, e em nome da transparência que tanto apregoam, pergunta se finalmente quando pudermos voltar às sessões presenciais, se ponderam também apostar em transmissões por streaming, uma vez que já têm a prática do streaming online. Não podendo deixar de reportar a situação que vivemos pelos efeitos da Covid19, temos de lembrar que o país vive há mais de um mês em estado de emergência devido à crise pandémica, e sabemos que os tempos não estão a ser, fáceis. A par da crise pandémica, estamos já a ter uma crise económica, uma das piores e com ela, esperamos que não venha uma nova austeridade, pois a austeridade não pode ser a solução e já ficou provado que não é mesmo a solução. Recordando o dia de ontem, Dia do Trabalhador, comemorado de modo diferente mas que mesmo assim não deixou de ser lembrado, queremos expressar a nossa solidariedade com todas e todos os trabalhadores e, em especial, com aqueles que infelizmente perderam já o seu emprego ou sofreram uma redução drástica dos seus rendimentos, no seguimento da atual crise que vivemos. O Bloco de Esquerda enviou por email para o Senhor Presidente de Câmara e vereadores da Câmara Municipal no dia 13 de abril de 2020, um conjunto de propostas que visam melhorar e ajudar os munícipes a ultrapassarem esta fase difícil. Lamentamos que até à data de hoje não tenhamos tido qualquer feedbak. Concordando com algumas medidas tomadas preventivamente pela Câmara Municipal da Mealhada, o Bloco de Esquerda pergunta ao Senhor Presidente o seguinte:* ----------

- O que está a ser feito no que se refere ao acesso aos apoios nos custos de água e saneamento, energia, alimentação e medicamentos? ----------

Por exemplo, a água e o saneamento são direitos humanos básicos, pelo que a suspensão de cortes de água e saneamento deve ser política estrutural, não limitada ao estado de emergência, devendo quaisquer pagamentos em atraso ser geridos consoante as capacidades socioeconómicas dos munícipes e se em caso de situação grave de carência deve ser perdoado o seu pagamento; ----------
- Se a câmara municipal pondera comparticipar nas despesas de medicamentos, em todos os casos de doença do foro psicológico, doenças crónicas, pessoas infetadas por COVID-19 e demais necessidades médicas absolutas, com base nas condições socioeconómicas mais frágeis? ----------
- Outra situação que nos preocupa e que se relaciona com a educação: ----------
A vulgarmente chamada " telescola" que começou no dia 20 de abril de 2020 é apenas um complemento do programa do ensino à distância; não responde às necessidades tecnológicas dos alunos que têm de ter aulas síncronas com os seus professores do AEM. Ora sabemos que apesar do esforço que tem sido feito pelo AEM e dos dinheiros transferidos do ME para a autarquia para a aquisição de computadores para todas as crianças e jovens sem esses equipamentos, sabemos que neste momento as carências ainda são muitas e ainda há crianças e jovens sem computador, quando o têm, muitas vezes têm de o partilhar com outros irmãos ou noutros casos ainda só têm o telemóvel como meio possível para acompanhar as aulas síncronas. Outros têm falhas na rede de Internet e outros nem dinheiro para a pagar... ----------
- O que está a Câmara a fazer para melhorar a resposta que tem dado a este problema? Que investimentos nesta área fará para salvaguardar situações futuras? Até porque infelizmente, talvez venhamos a ter um agravamento da situação pandémica no outono/inverno. ----------
- Se a câmara municipal vai garantir os apoios às associações do nosso concelho e promover e apoiar a adaptação de associações e coletividades em serviços online. -
- A CADES que faz um excelente trabalho com a população sénior, um espaço de convívio entre os mais velhos, que agora, estão isolados, sem a companhia de outras pessoas, professores, viagens, muitas destas pessoas vivem sozinhos ou sozinhas, não seria interessante ajudar a CADES a desenvolver uma plataforma online, para que estas pessoas não se sintam tão só e ajudar os idosos com maiores dificuldades nos computadores para combater assim a sua solidão? ----------
- Se a câmara pondera articular uma equipa de profissionais qualificados que realize sessões de aconselhamento e consultas de psicologia e psiquiatria online; ----------
- Se pondera garantir o direito à habitação e condições dignas associadas, suspendendo o pagamento de rendas da Habitação Social do concelho? ----------
- Outra questão relacionada com a EPVL - Pedimos esclarecimento sobre algumas informações que nos chegaram, no sentido de que a Câmara se prepara para vender a EPVL. Não podemos deixar de mostrar a nossa estupefação, se tal for verdade, pois como é possível que há 6 meses a tenha comprado e agora já a queira vender? Que jogo de sombras anda o PS a fazer com esta operação? O que está aqui por detrás, se tudo isto for verdade? O sr presidente foi tão rápido a querer esta "empresa

municipal", enaltecendo as suas capacidades de gestor eficaz desta sua escola e agora quer entregá-la a privados? Recordo que em 2013 já o fez, mas na altura por imposição de alterações legislativas que ditaram a extinção das instituições sem sustentabilidade financeira, no caso especial, as chamadas empresas municipais. A autarquia, que detinha a maioria do capital da EPVL, decidiu, então, alienar o mesmo, no decorrer da reunião de Câmara, numa votação que teve duas abstenções dos vereadores da Coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada. Interessante é o que profere na altura, mostrando que o fez, mas contrariado, apontando o dedo ao legislador, e classificando a decisão como "um ato incompreensível do Governo que vai colocar as escolas nas mãos de privados que depois cobrarão propinas, perdendo-se a essência das escolas profissionais". Pois, mas isto era em 2013... Em 2020 já não se importa de vender a privados? (A ser verdade o que andam para aí a dizer, claro.) ----------

O BE foi sempre contra a aquisição desta escola pela câmara, pelos motivos que sempre invocou e que se relacionam com o facto destas empresas municipais esconderem muitas vezes redes de interesses e promiscuidades. O processo de aquisição desta escola foi sempre muito opaco, nada transparente, aliás viu-se a confusão que este processo originou nas reuniões de câmara e na mais recente AM de dezembro. Entretanto, sabemos que durante estes meses houve despedimentos na EPVL, e que trabalhadores foram para o desemprego. O Executivo que enaltece sempre a sua boa condição financeira, afinal não tem dinheiro para garantir a manutenção desta escola, do seu pessoal e salários nas suas mãos como tanto queria? Já foram pagas todas as indemnizações aos trabalhadores? Quando vão pagar tudo o que devem? ----------

O Jornal da Bairrada traz esta semana um título premonitório sobre a EPVL: O título é: "Transformar esta pandemia numa oportunidade" diz o seu diretor Nuno Canilho. Afinal, a compra da EPVL é oportuno para quem? (inicio: após 54 minutos; fim: após 1 hora e 02 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que relativamente à água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, são três serviços da responsabilidade da autarquia em regime regulado, tendo a entidade de regulação estabelecido critérios para que as Câmaras Municipais pudessem, se assim o entendessem, e com margem de segurança, fazer alguma coisa sobre os seus tarifários. O que a Câmara decidiu primeiro foi que não haveria cortes mesmo que existissem dívidas; segundo, pôs fim ao regime das execuções fiscais e terceiro, ninguém na Mealhada, deixou de ter abastecimento, a não ser por alguma avaria, por falta de pagamento. Quanto aos medicamentos, afirmou que a responsabilidade pela entrega e ajuda era do Serviço Nacional de Saúde, porém, o Município tem um programa de intervenção social que já tem ajudado os munícipes mais carenciados a pagar medicamentos. Quanto aos computadores, afirmou já ter respondido, acrescentando que os computadores foram sendo adquiridos em função da informação do Senhor Diretor do Agrupamento. Quanto à CADES afirmou que a sua existência se devia em grande parte à Câmara e a sua sede era suportada pelo

Município, sendo necessário ter em conta que haveria associações, umas mais do que as outras, em dificuldades. Afirmou que no momento era uma prioridade encontrar no mercado municipal e nacional, tudo o que fosse possível para defender a saúde dos trabalhadores municipais, da população e da população de maior risco. Quanto à psicologia, esclareceu que o Município tem dado o apoio através do setor social que dispõe de duas psicólogas. Quanto à EPVL afirmou ser um assunto a tratar na segunda feira seguinte na reunião da Câmara, não falando do mesmo antes disso. (inicio: após 1 hora e 02 minutos; fim: após 1 hora e 09 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa, relativamente à intervenção da Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, referiu que sobre as sessões da Assembleia poderem ser transmitidas em sistema de *streaming,* era um assunto que poderia ser sempre ser proposto e discutido. Esclareceu que o modo de realização daquela, por vídeo conferência não significava uma mudança de ideias, nem tão pouco um desrespeito pelas deliberações da Assembleia Municipal, mas sim, uma solução encontrada pelo legislador que Lei n.º 1-A, de 19 de março, no artigo terceiro, previu a possibilidade de realização por videoconferência ou por outro meio digital. Referiu ainda que foi aconselhada à realização da sessão ao sábado, dado a grande sobrecarga na internet nos outros dias (inicio: após 1 hora e 09 minutos; fim: após 1 hora e 14 minutos). ----------

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra, e no uso da mesma, esclareceu que a maior renda paga de habitação social no Município era de cento e vinte euros para um habitante com um rendimento superior a novecentos e oitenta euros e que havia rendas de três euros. O Município irá investir na remodelação da habitação social na Póvoa de Mealhada, tendo já sido feito um contrato de adjudicação que aguarda visto do Tribunal de Contas para uma obra que rondará meio milhão de euros. (inicio: após 1 hora e 14 minutos; fim: após 1 hora e 15 minutos). ----------

3) O Senhor Deputado Municipal Luís Brandão, pediu a palavra, iniciando com uma referência à ausência de quaisquer comemorações do 25 de abril, o que poderia ter acontecido com recurso a plataformas digitais. Referiu ter tido conhecimento da pretensão de venda da Escola Profissional, poucos meses depois do Município ter adquirido a sua totalidade e de sempre ter tido uma gestão municipal, sendo certo que as dificuldades sempre foram descritas pelo Senhor Presidente, que também assinou uma auditoria externa à Escola, tendo sido gerente no período analisado. Afirmou que o Município deveria comprá-la e geri-la sozinho, perguntando como é que se esperava que alguém apoiasse a sua venda em hasta pública. Questionou ainda sobre a urgência da venda numa altura em que todas as atenções estavam viradas para a COVID 19 e quais seriam as razões que justificavam despedimentos em massa, com avultado peso económico numa escola com dificuldades financeiras. Entendia que o Orçamento Municipal não tinha que suportar todas as más decisões do Senhor Presidente, pelo que, não podia apoiar. (inicio: após 1 hora e 15 minutos; fim: após 1 hora e 18 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que o Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, conhecesse a Lei n.º

50/2012, saberia que a Câmara Municipal não pode vender a Escola Profissional Vasconcellos Lebre, mas propor à Assembleia Municipal, tal como acontece em muitos outros atos. Acrescentou que a Câmara não tinha discutido esse assunto, pelo que, não podia ser discutida na Assembleia, como anteriormente já explicou. Chamou ainda a atenção para o facto de que quando se trata da EPVL, trata-se da escola e não do edifício onde a mesma funciona. (inicio: após 1 hora e 18 minutos; fim: após 1 hora e 22 minutos). ----------

4) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, fez a intervenção que a seguir se transcreve, como requereu: ----------

"Antes da ordem do dia, o PCP pretende fazer uma declaração, um protesto e, desde já, pedir esclarecimentos para a situação da Escola Profissional da Mealhada. -------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal da Mealhada (AMM), eleita pelo PS, convocou a presente sessão para decorrer em videoconferência. Esta é uma possibilidade existente, de facto, no âmbito das medidas de resposta à situação epidemiológica, mas não é, de todo, uma necessidade e, salvo melhor opinião, muito menos um imperativo. ----------

O PCP discorda da obstinação na marcação desta sessão nas condições referidas e denuncia a incapacidade ou recusa da senhora presidente em prestar esclarecimentos que justificassem a marcação nestas condições. ----------

Realizar a sessão em videoconferência acarreta inevitáveis constrangimentos: da participação e da representação que cada eleito deve assumir, o que poderá não incomodar alguns, mas por certo não pode ser bem aceite por outros, como é o nosso caso; constrangimentos da participação do público, um direito que a lei consigna; constrangimentos ao nível do acompanhamento pelos munícipes e outros interessados, cabendo lembrar que se trata de uma sessão pública e não de uma reunião de trabalho realizada entre um número limitado de participantes. ----------

O PCP questionou, atempadamente, a Senhora Presidente da Assembleia acerca das matérias inadiáveis que tornariam imprescindível a realização da sessão nestas condições. Questionou, também, acerca dos meios e garantias previstos para facilitar a participação do público e o acompanhamento a distância da sessão pelos interessados. ----------

A senhora presidente, primeiro, não se mostrou capaz de prestar os esclarecimentos e, perante a insistência no pedido que não tinha obtido o devido retorno, não se dignou, sequer, responder. Ficaram, pois, sem resposta as questões colocadas pelo PCP, o que se considera ser uma atitude imprópria das funções de presidente da assembleia. Percebemos que as nossas dúvidas possam não incomodar minimamente alguns eleitos; não aceitamos que a presidente da assembleia, enquanto tal, desconsidere as dúvidas que lhe dirigimos. ----------

Importa referir que a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que consagrou algumas das medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica, prevê a possibilidade de, havendo condições técnicas, proceder a reuniões de órgãos autárquicos em videoconferência. Mas, a montante disso, essa lei autoriza que as

reuniões cujo calendário está previamente fixado, como é o caso da que devia realizar-se em abril, possam ser adiadas, em limite, até 30 de junho. ----------
Repita-se: a senhora presidente absteve-se ou não foi capaz de demonstrar a existência das tais condições atempadamente de participação dos diferentes interessados e, havendo a possibilidade legal de adiamento, também não foi capaz ou não quis demonstrar a urgência de convocar esta sessão, ademais numa altura em que vai sendo anunciado o levantamento de restrições e um regresso gradual à normalidade e em que o próprio estado de emergência vai ser levantado a partir de amanhã. ----------
Assim sendo, temos de entender isto como uma teimosia da Senhora Presidente e da maioria do PS. É mais um episódio em que eleitos do PS confundem a maioria que têm com a razão que, não poucas vezes, lhes falta. ----------
Protesto: ----------
O PCP, não virando costas à responsabilidade que assumiu perante os seus eleitores e, em geral, perante a população do concelho, vai manter-se nesta sessão da Assembleia, mas apresenta um veemente protesto pelos moldes em que ela foi forçada, pela não apresentação dos fundamentos para a imposição da sua realização e pela insuficiência de esclarecimentos e divulgação pública dos meios e regras para a participação do público e para o acompanhamento por possíveis interessados. O PCP responsabiliza a mesa e a sua presidente por estes factos. ----
Requeremos a transcrição para a ata desta declaração, incluindo o protesto que atrás lavrámos. ----------
Desde já, requeremos o mesmo relativamente a outras intervenções que iremos realizar nesta sessão. Como é nosso cuidado, iremos enviar para o email da Assembleia o registo escrito das intervenções, de forma a facilitar o trabalho de quem elaborará a proposta de ata e a garantir a verdade e o rigor no registo das posições do PCP, não obstante sabermos que, infelizmente, tal cuidado suscita indisfarçáveis antipatias por parte de quem tem posturas diferentes quanto à sua participação neste importante órgão autárquico. ----------
Por último, o PCP pede, desde já, informações sobre a situação da Escola Profissional da Mealhada. ----------
Alertados por alguma agitação nas redes sociais, fomos verificar a ordem do dia da próxima reunião de câmara. Incrédulos, encontrámos ali um ponto "6. Proposta n.º 26/2020 - Alienação, em Hasta Pública, da participação na Escola Profissional da Mealhada, E.M. Unipessoal, Lda." ----------
Ainda há relativamente pouco tempo, a autarquia ficou detentora da totalidade das participações na escola profissional. Há menos tempo, em dezembro, foi aprovada nesta assembleia a proposta trazida pela câmara para o pacto social da escola profissional. Foram nomeados elementos para assegurarem lugares de responsabilidade na escola profissional... ----------
O que se passa, afinal, com a Escola Profissional da Mealhada e o que pretende a maioria do PS fazer com ela? E, já agora, o que é feito dos trabalhadores da escola, dos alunos, da comunidade escolar no processo que está em curso? ----------

Ainda outra questão. ----------
A reunião de câmara convocada para dia 4 de maio, em videoconferência, é uma reunião pública. Onde estão as instruções e os esclarecimentos para qualquer um de nós poder participar ou acompanhar, se quiser e puder, por exemplo a discussão deste assunto que se afigura crítico? Por exemplo, como é que os trabalhadores da escola, docentes e não docentes, foram inteirados da apresentação da referida proposta e como é que, se o entenderem, poderão intervir no período a isso destinado? ----------
Agradecemos os esclarecimentos, não deixando de expressar a frontal oposição do PCP à alienação da Escola Profissional da Mealhada". (inicio: após 1 hora e 22 minutos; fim: após 1 hora e 33 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa respondeu, em nome da Mesa, à intervenção anterior e requerendo a transcrição em ata, referindo que não queria utilizar a mesma linguagem na resposta entendendo que é possível expressar-se sem afrontar as pessoas ou até ofendê-las devendo ser mantida uma certa elevação. Afirmou que era falso e não correspondia à verdade que não tivessem sido prestados os esclarecimentos àquilo que foi pedido e que todos os membros pertencentes à Assembleia Municipal receberam o mail de resposta que foi enviado ao Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, em treze de abril de dois mil e vinte. Acrescentou que a Assembleia Municipal da Mealhada era apenas uma do país e que a lei não foi feita só para a Assembleia Municipal da Mealhada, mas para todas e foi a própria lei que previu que as assembleias e outras reuniões com a mesma natureza fossem feitas à distância com os recursos disponíveis. Talvez as pessoas não gostassem, não expressando o seu gosto porque não era disso que se tratava pois, se calhar também preferia que fossem presenciais. Esclareceu não ser verdade que o público não tivesse a possibilidade de participar tendo já sido dada a explicação sobre o modo de o poderem fazer e feita a publicidade como acontece com as reuniões presenciais, em Edital, no Jornal da Mealhada e nas comunicações para os para os Senhores Deputados Municipais. De seguida foi lida a explicação dada por mail, no dia 13 de abril de 2020, à questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal e dirigido a todos os membros: "O artº 3º, nº 3 da Lei A/2020, de 19/03 estipula que "Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, até dia 30 de junho de 2020, podem ser realizadas por videoconferência, ou outro meio digital, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, desde que haja condições técnicas para o efeito." ----------
Neste sentido, e com a finalidade de ser possível equacionar tal possibilidade, foram questionados os membros da Assembleia Municipal, para aferir a viabilidade de realização da sessão, tendo a grande maioria dos elementos respondido objetivamente quanto aos recursos de que dispõem, sob pena de quem organiza ter dificuldades acrescidas. ----------
Em qualquer sessão da Assembleia Municipal, o cumprimento das formalidades de que depende a sua regularidade serão, obviamente, cumpridas. ----------

Vários têm sido os contactos de deputados municipais que, após a receção do mail, desde logo, se mostraram recetivos à sua realização, e até se disponibilizaram para auxiliar com ferramentas informáticas e informações úteis para o bom sucesso da diligência." ----------

Afirmou não haver nenhuma relutância, nenhuma incompetência, nenhuma incapacidade, nem nenhuma falta de vontade de responder, tendo a resposta sido dada, o que era do conhecimento de todas as pessoas que estavam a ouvir e que a tinham recebido, bem sabendo que as acusações não eram verdade. Acrescentou ainda que pouco tempo depois da pergunta sobre a urgência na realização da Assembleia, foi enviada a convocatória e qualquer Senhor Deputado Municipal conseguia perceber que a urgência na Assembleia Municipal podia ser verificada nos pontos da Ordem do Dia que correspondiam aos pedidos que a Câmara dirige à Assembleia. Havia assuntos urgentes, exemplificando com o Ponto 7 que se referia à concessão de apoios às freguesias para a situação da pandemia. Acrescentou ainda que também o Ponto 6 referente ao Orçamento e a Revisão do Orçamento Municipal, todos percebiam que era urgente e adaptada às circunstâncias em que se vive. Considera não existir qualquer obstinação na realização da Assembleia Municipal naquela data, e se assim não fosse, não seria possível utilizar as verbas que no momento eram necessárias, não fazendo sentido fugir a uma reunião, deixando estas questões por resolver, devendo pensar-se pensar naquelas pessoas a quem se destinavam os bens para cuja aquisição era necessário o dinheiro que a Câmara estava a disponibilizar. Entende que tinha que se pensar nos outros que estavam a aguardar, e não, no conforto dos participantes na reunião esperando por melhores dias para a sua realização poder ser presencial. Foram utilizados os meios disponíveis, não tendo ninguém ficado de fora, repudiando e lamentando as acusações feitas e que não eram verdadeiras. Acrescentou que não constava na lei, do número referido, do artigo número três da Lei 1-A/2020, de 13 de março, a possibilidade de realização da assembleia até ao dia trinta de junho, nem tão pouco que não tivesse que ser feita através dos meios à distância. Afirmou ainda não ser verdade que a reunião tivesse sido marcada sem a preocupação de perguntar a cada um dos intervenientes se tinham os meios disponíveis e explicado que no caso de não terem, seria providenciada a forma de todos ficarem habilitadas à sua participação. A presença de toda a gente e a assistência do público demonstrava que as pessoas têm meios, não havendo conhecimento de alguém que não participasse ou assistisse pelo facto da reunião ser feita à distância. Explicou ainda que foram recebidos os ofícios da Câmara a pedir a realização da Assembleia Municipal, e no exercício das funções, a mesma foi marcada, questionando qual seria a acusação se os ofícios tivessem sido recebidos e a Assembleia não fosse marcada. Concluiu que era preferível uma acusação de que não se percebia como é que foram atendidos os pedidos da Câmara do que o inverso, ou seja, a acusação de serem recebidos os pedidos da Câmara Municipal e a Assembleia Municipal não se realizar (inicio: após 1 hora e 33 minutos; fim: após 1 hora e 43 minutos). ----------

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou que relativamente à EPVL que anteriormente tinha dito o que era possível dizer, chamando a atenção para que, em qualquer dos casos, de venda ou não da escola, o alarmismo, o ruído, os insultos, as ameaças e tudo o que se diz nas redes sociais, só a prejudicava, entendendo que as pessoas deviam aguardar serenamente as explicações e os prós e contras, para depois se ponderar calmamente (inicio: após 1 hora e 43 minutos; fim: após 1 hora e 45 minutos). ------

5) A Senhora Deputada Municipal, Susana Almeida, pediu a palavra, e no uso da palavra, fez a intervenção que a seguir se transcreve, como requereu: "*Em primeiro lugar iria secundar as palavras da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pois todas estas decisões tomadas neste contexto pandémico devem ser pautadas pelo princípio da proporcionalidade e de bom senso, naturalmente, e aqui são meios jurídicos que estão em causa, em conflito. É evidente que a participação, e a representatividade está em causa, mas está em causa também o bem vida, o direito à vida, o direito à saúde. Devo dizer que se a reunião fosse agendada, inclusivamente, para junho, eu teria algumas dificuldades em inclusivamente estar, conjuntamente com quarenta pessoas, dentro de um anfiteatro. Não me parece que inclusivamente as condições sanitárias tivessem a ser cumpridas e por conseguinte, na minha modesta opinião, aí o meu direito é que estava a ser quartado. Portanto agradeço o facto de a Senhora Presidente da Assembleia Municipal ter tomado a decisão de termos a reunião por esta via. Queria dirigir uma brevíssima intervenção, nesta reunião, que se advinha longa. Destina-se a dirigir um merecido elogio, não só ao Município, como também ao Agrupamento, em particular, aos funcionários, docentes e não docentes, e também no que diz respeito, à Câmara, às decisões que foram tomadas pela Câmara no sentido de promoverem todas as diligências para permitir a transição do ensino presencial para o ensino à distância e no sentido de assegurarem o respeito pelo principio da universalidade. De facto, assim que a tutela tomou a decisão para se transitar para o ensino à distância, foram promovidas todas as diligências, para se apurar as carências ao nível dos materiais escolares pelos alunos, para assistirem às aulas on line, elementos síncronas e assíncronas. Talvez tenha demorado algum tempo, o questionário que foi feito e aqui falo na qualidade de não só deputada mas também de munícipe, de encarregada de educação e representante de encarregados de educação, talvez tenha demorado algum tempo este inquérito para aferir das dificuldades, das carências dos alunos para poderem então ter aulas, síncronas e assíncronas mas isso pode-se dever a vários motivos: primeiro, nem todos tinham possibilidade de responder, depois podem-se ter apercebido que afinal irmãos precisavam do mesmo dispositivo para ter aulas o que demorava o seu tempo, mas o certo é que foram adquiridos, efetivamente, primeiro cinquenta computadores, que tenho conhecimento que foram chegando às suas famílias e entretanto mais trinta computadores e atenção que não foram só computadores, tenho conhecimento que também foram adquiridos routers e inclusivamente webcams, se não estou em erro e segundo me foi comunicado. Por isso não só o Município está de parabéns, mas também o Agrupamento, que*

estiveram sempre em sintonia, segundo aquilo que me foi dado a conhecer. Por outro lado queria também assinalar e sublinhar, que também merece o nosso aplauso, o facto das refeições escolares estarem a ser confecionadas e distribuídas pelo Município e atenção que não se limitou o Município a eleger uma escola de referência, para confecionar e ministrar essas refeições, mas tem sido levadas essas refeições a várias escolas do Município e portanto os alunos referenciados, nos escalões referenciados, têm tido acesso a essas refeições e por conseguinte o Município, aqui, também o Município foi além do exigido pela lei e pela tutela e daí também merecer o nosso aplauso, o nosso elogio". (inicio: após 1 hora e 45 minutos; fim: após 1 hora e 50 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que agradeceu a intervenção da Senhora Deputada, Susana Almeida, e considerou que o que foi referido correspondia à realidade e que para além do que falou, o Município tinha feito quatro coisas essenciais mas com bastantes dificuldades que foram a aquisição de testes serológicos, máscaras, viseiras e gel. (inicio: após 1 hora e 51 minutos; fim: após 1 hora e 53 minutos). ----------

6) A Senhora Deputada Municipal, Isabel Santiago, no uso da palavra, manifestou a sua satisfação pela manutenção da Assembleia Municipal, embora em moldes diferentes mas de acordo com o momento difícil que se atravessa com a adaptação a uma nova vida, saudando a presidência da assembleia e afirmando que quando se voltasse à normalidade, as assembleias pudessem ser assistidas, remotamente, por todos os munícipes. Seguidamente questionou o Senhor Presidente sobre o ponto da situação do Cine Teatro da Pampilhosa e quando seria a sua conclusão, afirmando que houve a necessidade de explicação por parte do GIR e que acaba por responsabilizar os serviços municipais (inicio: após 1 hora e 53 minutos; fim: após 1 hora e 57 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que o GIR era um processo muitíssimo complicado do Município. Esclareceu que a primeira pessoa que o contactou como Presidente da Câmara e se interessou para que houvesse um projeto para salvar o que restava do GIR foi o Senhor João de Matos Oliveira, e como na altura existia uma estrutura chamada GAT (Gabinete de Apoio Técnico), foi-lhe pedida a elaboração de um projeto que foi depois entregue ao GIR, iniciando-se então o processo de candidatura a um programa de financiamento, que ainda existe, tendo demorado algum tempo até à decisão. A obra começou e os sucessivos executivos municipais da presidência do Senhor Professor Carlos Cabral, entregaram ao GIR a quantia de quatrocentos e oitenta e seis mil euros, tendo o Estado, através da DGOTDU, entregue também cerca de duzentos mil euros. Em 2013 foi-lhe solicitada ajuda, junto da DGOTDU, por um membro da Direção, sobre a remessa do dinheiro que não chegava, tendo ido falar com o Senhor Diretor-Geral, acompanhado por esse Senhor e um técnico municipal, que acabou por se comprometer com a solução. Mais tarde, teve conhecimento que foram enviados ao GIR cento e vinte e cinco mil euros, e da consulta dos orçamentos municipais, a partir de 2014, verifica-se a existência de uma verba, de cerca de cento

e cinquenta mil euros, e em 2020, de cento e oitenta mil euros, para apoio ao GIR. Após eleições, a Direção do GIR entendeu proceder a alterações ao que já estava construído, o que foi pedido aos técnicos municipais, tendo acreditado que estes cumpririam as diretivas para as fazer, nos períodos que combinados, estando sob a ameaça de processo disciplinar se não cumprirem os prazos com que se comprometeram ultimamente com o GIR. Afirmou ainda que os funcionários municipais tiveram boa vontade porque não eram obrigados a intervir fora do seu conteúdo funcional estando a fazê-lo graciosamente, ganhando o seu ordenado de técnicos municipais, atuando fora de uma obra que não é, e nunca foi, municipal. Acrescentou que faltou à Senhora Presidente da atual Direção do GIR, em tudo o que escreveu, esclarecer que foi a atual Direção que impediu que acabassem as obras porque se não tivessem introduzido alterações já estariam concluídas. (inicio: após 1 hora e 57 minutos; fim: após 2 horas e 08 minutos). ----------

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Santiago, pediu a palavra, e no uso da mesma, perguntou como é que os funcionários municipais que estavam a fazer os referidos trabalhos de forma graciosa, poderiam ter um processo disciplinar (inicio: após 2 horas e 08 minutos; fim: após 2 horas e 09 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu que os técnicos que estavam a trabalhar na área dos projetos poderiam ter um processo disciplinar por desrespeitarem as orientações dadas pelo Presidente, após terem aceitado trabalhar para uma associação, pois, caso tivessem dito que isso estaria fora do conteúdo funcional e que não o fariam, teria que aceitar e dizer ao GIR que os funcionários da Câmara não queriam intervir (inicio: após 2 horas e 09 minutos; fim: após 2 horas e 11 minutos). ----------

7) A Senhora Deputada Municipal, Isabel Luzeiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, afirmou que o Cine-Teatro era um ex-libris para os pampilhosenses, sendo com tristeza que não se via a obra evoluir e quanto ao facto de serem, sistematicamente, imputadas responsabilidades à Câmara, e afinal a realidade não ser essa, sugeriu que o tema fosse incluído numa das próximas ordens de trabalhos numa reunião de Câmara e que alguém do GIR pudesse estar presente, para de uma vez por todas, o assunto ficasse resolvido e esclarecido. Relativamente ao 25 de abril, a época do COVID, revelou o que é estar preso, havendo muita necessidade e desejo de liberdade, tendo havido dualidade no que disse respeito às manifestações, uns contra, outros a favor. No Município privilegiou-se a saúde, ficando para segundo plano uma manifestação social do 25 de abril, não significando que não tenha sido sentido mais do que nunca. Acrescentou que a pandemia se refletiu ao nível da saúde, social e económico, perguntando ao Senhor Presidente que perante a entrada numa fase de maior desconfinamento, o que estava previsto em termos médicos, de máscaras, de testes e sobre o que tem sido feito no Município, quem tem colaborado, e ainda, se existiriam circuitos COVID e circuitos não COVID. Questionou ainda sobre a ação da Câmara junto dos restaurantes que iriam abrir e dos agricultores que estavam privados de ir aos mercados da Pampilhosa e da Mealhada. Afirmou que as reuniões por zoom não eram agradáveis

mas eram a opção, entendendo existirem meios para a sua realização, assim como, acesso à informação e, numa próxima, presencial, teriam de ser cumpridos os espaços entre as pessoas (inicio: após 2 horas e 11 minutos; fim: após 2 horas e 18 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que tendo os empreiteiros parado as obras, o pessoal da Câmara ficou liberto para colaborar nas ações sanitárias. O Município comprou testes serológicos que ajudaram a perceber, junto dos trabalhadores das IPSS, dos bombeiros, da GNR, dos corpos sociais que a pandemia não estava a atacar com muita força, pois houve muito poucos testes positivos e as pessoas com resultados duvidosos ou positivos foram sujeitos ao teste de zaragatoa, também pagos pela Câmara. ---------

Foram encomendados mil e quinhentos testes serológicos e três mil com acordo com a ARS, sendo noventa de imunoglobina e mil e quatrocentos de PCR, estando a Câmara a aguardar o resto da encomenda para, juntamente, com a Senhora Delegada de Saúde, ser feito novo rastreio que não seria a toda a população porque não foi o procedimento aconselhado pela D.G.S. e ARS. Também foram encomendadas, à Central de Compras da CIM, máscaras em número três vezes superior à população do Município, havendo para toda a gente, gratuitamente. Informou ainda que o Município tinha um hospital de campanha, caso houvesse algum desastre nalguma IPSS. Terminou referindo que a Senhora Delegada de Saúde e o Senhor João Pimentel têm tido uma colaboração de uma qualidade extraordinária (inicio: após 2 horas e 19 minutos; fim: após 2 horas e 34 minutos). --

8) O Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, pediu a palavra, e no uso da mesma, afirmou que a iniciativa da distribuição dos computadores foi muito boa e elogiou a qualidade dos mesmos, assim como, dos routers, perguntando se o dinheiro para aquisição dos mesmos saía do orçamento da Câmara ou de uma verba extraordinária vinda de outra entidade. (inicio: após 2 horas e 34 minutos; fim: após 2 horas e 41 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que o dinheiro saiu do Orçamento Municipal, não tendo recebido nenhuma informação de que o Ministério financiaria, informando se tal vier a suceder. (inicio: após 2 horas e 41 minutos; fim: após 2 horas e 44 minutos). ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

1) VOTAÇÃO DAS ATAS N.º 16 E 17: ----------

ATA N.º 16 (Sessão de 30/12/2019): ----------

A Senhora Presidente da Mesa relembrou que a Ata n.º 16 foi retirada da votação na última assembleia para verificação de alguns pedidos de transcrição, tendo a informação dos serviços que as transcrições integrais que ali constam foram efetivamente requeridas, não constando as que não foram solicitadas. (inicio: após 2 horas e 44 minutos; fim: após 2 horas e 45 minutos). ----------

Seguidamente perguntou se alguém se queria inscrever, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro que, no uso da palavra, leu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"Esta ata [n.º 16] não foi sujeita a aprovação na sessão de fevereiro por razões então apresentadas pela senhora presidente, mas chega aqui, hoje, nos exatos termos em que já tinha sido enviada aos membros da AM. ----------

O PCP não pode conformar-se com o tratamento que é feito das suas intervenções. Diz a senhora presidente que se trata de um resumo, mas nem assim pode ser considerado. ----------

Por duas vezes enviámos por email os textos das intervenções com o pedido de inclusão na ata, como vem acontecendo, depois de uma fase, no mandato anterior, em que foi política da mesa resumir as intervenções, praticamente, à indicação dos tempos na gravação, o que resultava na efetiva ocultação dos debates havidos na assembleia, cuja atividade e funcionamento, já de si, são sistematicamente mantidos longe do conhecimento público. ----------

Ficou claro, na última sessão, em que a aprovação da ata foi retirada, e bem, pela senhora presidente, que se preparava outro argumento para não incluir a transcrição das intervenções do PCP. A presidente já ali alegava que poderíamos não ter feito esse pedido durante a sessão. ----------

Numa audição rápida da sessão de Barcouço, não conseguimos identificar o nosso pedido de transcrição. Mesmo não o tendo feito então, fizemo-lo por duas vezes em emails dirigido à senhora presidente. O primeiro nem chegou a ser visto, o que traz preocupação em relação à forma como a mesa assume as suas responsabilidades no funcionamento desta assembleia. ----------

Sublinhe-se que a lei não exige que o pedido de transcrição tenha de ser feito na própria sessão; nem a lei, nem o regimento da AM, nem, já agora, o regimento das reuniões da câmara... Ele tem é de ser feito atempadamente, que o foi no primeiro email, sem o que as intervenções são incluídas apenas em síntese (já agora, não em caricatura, como a mesa compreenderia se tivesse o cuidado de acompanhar esse trabalho sempre difícil). ----------

Mas já em fevereiro a senhora presidente agarrava-se a uma analogia com o que está determinado expressamente para as declarações de voto, uma analogia que a lei não consagra. Isto é, a lei não diz assim, mas a senhora presidente, substituindo-se ao legislador, quer interpretar que tem de ser assim... ----------

Discordamos em absoluto. "Onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete distinguir", é um princípio do direito que a senhora presidente parece ignorar. --------

Sem nos alongarmos mais nesta discussão, registamos que a insistência em não incluir a transcrição das intervenções do PCP resulta na deturpação e na omissão deliberadas da participação do PCP na sessão realizada em Barcouço. ----------

Assim sendo, votaremos contra a proposta de ata n.º 16 e para que se compreendam as razões que são sérias desse voto e da nossa crítica, requeremos que seja apenso à ata da sessão de hoje o documento que enviámos por duas vezes à senhora presidente com os textos das intervenções do PCP na sessão de 30.12.2019. -------

Estando esta sessão a decorrer em videoconferência, enviaremos posteriormente, por email, o requerimento e o documento a apensar. ----------
Pedimos a atenção da mesa à sua receção". (inicio: após 2 horas e 45 minutos; fim: após 2 horas e 50 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa, interveio referindo que: "*Uma vez que foram aqui reproduzidos os argumentos já verbalizados da outra vez, vimo-nos também obrigados outra vez a reproduzir o que já foi dito. Quanto à interpretação referida, em primeiro lugar, não era da Presidente, mas da Mesa e aquilo que já foi esclarecido era que os Senhores Deputados Municipais ou até o público, tinham a possibilidade de requerer para a ata a transcrição das suas intervenções, contando que fosse feito durante a sessão. Sabendo as pessoas como funcionava, após a formulação do pedido de transcrição na sessão, enviavam depois os textos para constarem na ata. O que era diferente, e era do que se estava a tratar, era quando não era requerida a transcrição, e mais tarde eram enviados os textos, por mail. Considera-se que ou eram pedidas na Assembleia ou o facto de serem enviadas depois por mail não se podia considerar que tinha havido um pedido de transcrição e tal entendimento não era uma interpretação "arrevesada" nem sequer de conceitos que se deviam conhecer e que efetivamente se conhecem. Se assim não fosse, até quem depois ouvisse a gravação das assembleias e os textos, tudo publicado no site, ao dispor de todos, não podendo ser mais publicitadas, percebiam que havia intervenções transcritas que não tinham sido requeridas. Quanto ao mais e à insistência de que se trata de uma interpretação quanto às atas, era mais do mesmo. Não era uma interpretação, nem da Presidente, nem da Mesa, é o que diz a lei, e mais uma vez, a lei não é feita, nem só para a Assembleia Municipal da Mealhada, nem para deixar esta de fora. Afirmou que o conceito de ata estava feito há muito tempo e era efetivamente um resumo. Afirmou que as atas eram colocadas à votação e toda a gente tinha a possibilidade de fazer reparos, o que podia até ser feito antes da assembleia quando era rececionado o projeto da ata, como aliás, tinha acontecido relativamente à ata cuja aprovação estava em discussão, sendo tais pedidos sempre revistos e atendidos. Acrescentou que relativamente aos pedidos de transcrição que o eleito do PCP afirmou terem sido feitos e que não constavam, foi necessário que a mesma fosse retirada da votação para verificação porque aquilo que estava em causa era uma dúvida, cujo esclarecimento, era para nós, fundamental e como não costumamos demitir-nos das nossas funções, isso era uma delas. Informou que os serviços que dão apoio à Mesa voltaram a confirmar a inexistência do pedido na Assembleia, e como a lei é igual para todos, não podia ser mais tarde um pedido e um mail que substituíam esse pedido. Perguntou ao Senhor deputado Municipal, João Louceiro, se tinha alguma sugestão de correção da ata.* (inicio: após 2 horas e 50 minutos; fim: após 2 horas e 55 minutos). ----------
O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, informou que não tinha e que enviaria um requerimento para apensar à ata da reunião (inicio: após 2 horas e 55 minutos; fim: após 2 horas e 56 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se havia alguma coisa a acrescentar na ata (inicio: após 2 horas e 56 minutos; fim: após 2 horas e 57 minutos). ----------
O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro referiu que atendendo ao que estava em discussão, entendeu não fazer reparos à ata que tinha aquela e outras incorreções. (inicio: após 2 horas e 56 minutos; fim: após 2 horas e 57 minutos). ----
Posteriormente a Senhora Presidente da Mesa, fez referência à correção proposta pelo Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão e colocou a ata n.º 16 a votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça; os Senhores Deputados Municipais: Susana Catarina Simões de Almeida, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Ana Luzia Quintela Santos Cruz e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso, abstiveram-se, por não terem estado presentes na sessão e o Senhor Deputado Municipal, João Manuel Lima Louceiro, votou contra. ----------
A ATA N.º 16 foi aprovada, por maioria, com 18 votos a favor, 6 abstenções e 1 voto contra. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –
A Senhora Deputada Municipal, Susana Almeida, pediu a palavra para apresentar uma Declaração de Voto, referindo que a abstenção se deveu ao facto de ter estado ausente. (inicio: após 3 horas e 01 minuto; fim: após 2 horas e 02 minutos). ----------
A Senhora Deputada Municipal, Isabel Luzeiro, pediu a palavra, para apresentar uma Declaração de Voto, referindo que o motivo da sua abstenção foi o mesmo. (inicio: após 3 horas e 02 minutos; fim: após 2 horas e 03 minutos). ----------
Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa fez referência à correção da Ata n.º 17, proposta pelo Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão e seguidamente, colocou a mesma a votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça; os Senhores Deputados Municipais: Susana Catarina Simões de Almeida, Iola Marina Gaspar Batista, Raúl

Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso, abstiveram-se, por não terem estado presentes na sessão. ----------
A ATA N.º 17 foi aprovada, por maioria, com 21 votos a favor, 4 abstenções. ---------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –
A Senhora Deputada Municipal, Susana Almeida, pediu a palavra para apresentar uma Declaração de Voto, referindo que se absteve, por ter estado ausente. (inicio: após 3 horas e 07 minutos; fim: após 3 horas e 08 minutos). ----------

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, João Louceiro, Iola Batista, Ana Luzia Cruz e Luís Brandão. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu intervenção que a seguir se transcreve, como requereu: ----------

"- Duas questões prévias. ----------

Na sessão de fevereiro estiveram presentes vários comerciantes com estabelecimento na Rua José Cerveira Lebre, na Mealhada, dando conta de dificuldades na realização de cargas e descargas. Esse assunto teve mais algum desenvolvimento? A CM tomou mais alguma medida? ----------

Relativamente ao encerramento do balcão da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Mealhada na Pampilhosa e ao problema do Multibanco que, para já, por lá continua... Há também algum desenvolvimento que proteja os interesses da população? ----------

- Na informação enviada pela Divisão de Administração e Conservação do Território, subscrita pelo senhor presidente da câmara, há várias referências a trabalhos que não foram entregues pelo gabinete de projetos. Dispensamo-nos de os elencar, são vários. Registou-se algum problema, há alguma razão para se registar este conjunto de atrasos? Há outros que entretanto se tenham verificado? ----------

- Percebemos que é expetável a conclusão dos balneários do campo de futebol municipal do Luso neste mês de maio... Percebemos bem? E as obras da piscina municipal da Mealhada sempre ficaram concluídas em abril? ----------

- Sobre a Cafetaria da Alameda, à espera desde 2018, registámos a notícia da assinatura da consignação da empreitada com um prazo de execução de 90 dias. O que queremos perguntar é se, pelos vistos vencida a longa espera, se a câmara tem pensadas algumas medidas para evitar que, após a reparação, o espaço continue decepcionantemente devoluto. ----------

- As informações relativas ao Mercado Municipal da Pampilhosa parecem-nos confirmar que continua num impasse. Como está este processo? ----------

- Também tomamos boa nota da inauguração das novas instalações do jardim-de-infância do Carquejo. Como estão os outros dois que também foram intervencionados, Canedo e Casal Comba? ----------

- Tendo já ouvido explicações do presidente da câmara relativamente às obras na escola secundária, suspensas a pedido do empreiteiro por causa da situação de pandemia, não deixamos de manifestar preocupação a propósito do desabafo do senhor presidente na tal sessão de Barcouço: "Não fiquei feliz porque as empresas que lá estão [no concurso] suscitam-me algumas dúvidas." ----------

- Registamos positivamente as informações da conclusão de três processos – cobertura do pavilhão municipal da Mealhada, contenção de terras no Luso e substituição da perigosa cobertura do estaleiro municipal, uma situação que também ficámos a conhecer melhor numa visita realizada já em tempos com o acompanhamento da senhora vereadora Arminda Martins. ----------

- Também registamos positivamente o envolvimento da autarquia na definição e implementação de medidas compensatórias da suspensão de atividades presenciais nas escolas, desde o que tem a ver com a entrega de refeições, à notícia da entrega de 80 computadores – como ficámos a saber já nesta sessão – para alunos do agrupamento. Este número responde a todas as necessidades identificadas, sabemos que pelo agrupamento? ----------

Vimos no comunicado de 24 de abril que a CM "recorre às verbas de transferências mensais do Ministério da Educação, decorrentes do contrato interadministrativo existente". Tem várias leituras: boa utilização de verbas disponíveis para acorrer a uma emergência; poderia e deveria ser o agrupamento a ter essa capacidade e as verbas e a poder tomar decisões como esta; e, por último, as verbas da municipalização da educação permitiram à câmara fazer boa figura, noticiando que adquiriu os computadores para os alunos necessitados... Mas, repetimos, ainda bem que mais alguns alunos verão atenuadas as desigualdades, neste caso, no acesso ao ensino a distância. ----------

- De Barcouço chegaram-nos ao conhecimento reclamações relativas ao mau estado de algumas estradas da freguesia; e também por causa da escassez de ecopontos na freguesia (dizem-nos que vai havendo vidrões mas que os outros contentores são em número e distribuição insuficientes, questão já levantada em assembleia de freguesia mas que dali foi endereçada, e bem, para a câmara). Que considerações merecem estas reclamações? ----------

- Falando com quem acompanhou a apresentação do projeto para o Chalet Suíço, na Pampilhosa, registamos a impressão que ficou de que não se trata de muito mais que a recuperação do edifício. Evidentemente que ela é necessária. No entanto, não se vislumbra a utilização social que possa vir a ter, uma vez que a estrutura do edifício não parece facilitar um usufruto contemporâneo das instalações. O que é que a câmara pode dizer acerca desta dúvida que ficou? ----------

- Para terminar pedimos algumas explicações – alertamos já o senhor vice-presidente da câmara que pedir explicações não é, pelo menos para já, criticá-lo ou criticar a câmara – sobre o "Projeto Robótica" referido nas informações do setor da Educação. Não contestando o previsível interesse do projeto que já estará em fase de execução, questionamos: ----------

- partiu de uma iniciativa, necessidade ou interesse manifestado pelo diretor do AE, por docentes ou por outro interveniente (p. ex., autarquia ou empresa referida na informação)? ----------
- que empresa é a que se diz que "implementa o projeto" e como é que ela intervirá na(s) escola(s)? ----------
- quais os alunos que irão ser envolvidos? ----------
- qual o calendário previsto? " (inicio: após 3 horas e 09 minutos; fim: após 3 horas e 16 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu: relativamente à questão colocada pelos comerciantes, a situação tinha sido resolvida, nem o carro do lixo lá passava e as pessoas podiam fazer cargas e descargas com veículos ligeiros, pois o problema existia porque eram utilizados veículos pesados para as cargas e descargas que partiam a pedra; sobre o multibanco, o que sabia era que lá iria ficar até junho e que estavam a ser feitas algumas negociações entre alguns bancos para colocar multibanco na Pampilhosa; quanto à DACT e gabinete de projetos, o que verificava era a falta generalizada de cumprimento dos prazos; sobre os balneários, segundo informação dos serviços, o projeto estava em condições de poder avançar para concurso; quanto à piscina municipal, era um projeto que tinha sido apreciado pelos técnicos da Câmara e foram introduzidas algumas pequenas alterações, mas a candidatura apresentada, após dois anos de espera, foi reprovada por razões diversas, algumas delas parecendo incompreensíveis, pelo que a Câmara iria reclamar porque o que estava em causa era a eficiência energética, ou seja, mudar de gás para solar e para queimadora de estilha, aspetos de envidraçamento e melhoramento da envolvente; relativamente à Cafetaria da Alameda, a obra foi adjudicada, não tendo o empreiteiro pedido para suspender a obra, sendo um espaço que a Câmara colocaria no mercado. Quanto ao Mercado Municipal da Pampilhosa, havia necessidade de concluir alguns trabalhos e corrigir outros mal executados; quanto aos jardins de infância, o do Carqueijo estava a funcionar , o do Canedo estava pronto e equipado e o de Casal Comba, na fase final; sobre a Escola Secundária, após a saída do estado de emergência seria enviada uma carta ao senhor empreiteiro para começar a obra; sobre a falta de equipamentos para a recolha de contentores, a Câmara tem uma candidatura aprovada para doze mil contentores, esperando-se pelo concurso público; relativamente ao Challet Suisso, teria condições para poder ser um local de encontro, de cultura, estando os arquitetos a terminar o projeto e a partir daí, se estivesse em condições, seria lançado a concurso; quanto ao Projeto Robótica, pedido pelo Agrupamento, estava suspenso, tentando a Câmara reiniciá-lo no próximo ciclo letivo, uma vez que teria de ser por aulas presenciais. (inicio: após 3 horas e 17 minutos; fim: após 3 horas e 28 minutos). ----------
2) A Senhora Deputada Municipal, Iola Batista, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que leu a ata da reunião de Câmara do dia vinte de abril, Ata n.º 8, e na Assembleia o Senhor Presidente referiu que o custo dos computadores adquiridos era suportado pelo orçamento da Câmara, perguntando se assim era ou se estava a

fazer uma interpretação errada. Questionou ainda se existia alguma resposta para os alunos do Município que estudavam fora do mesmo e que necessitassem de algum apoio de computadores e internet (inicio: após 3 horas e 28 minutos; fim: após 3 horas e 30 minutos). ----------

A Senhora Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou que o Orçamento Municipal é que pagava os computadores. Se a Senhora Deputada quisesse colocar a questão do contrato Interadministrativo, sendo aquele um acordo do Município e do Ministério da Educação, todas as verbas que entram no Orçamento Municipal dizem respeito ao Município e a partir daí eram uma verba municipal. Relativamente à ajuda ou não aos outros alunos, afirmou que foi uma questão levantada na Comunidade Intermunicipal, à qual não sabia responder uma vez que não tinha informação sobre o assunto. (inicio: após 3 horas e 30 minutos; fim: após 3 horas e 32 minutos). ----------

3) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da palavra leu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"A Câmara da Mealhada decidiu cancelar todos os eventos culturais e artísticos para o ano de 2020, no entanto, perguntamos: ----------

- Esse dinheiro vai ser aplicado em que assuntos/matérias? Por exemplo o FESTAME tem um investimento entre 250 a 300 mil euros, essa verba será transferida para o ano, e teremos um FESTAME 2021 com um investimento de meio milhão de euros, ou vamos aplicar este ano nas medidas mais urgentes que sejam preciso tomar. Assim como o dinheiro que seria para outros eventos de divulgação do concelho da Mealhada, como é o caso da BTL em Lisboa e da FIT na Guarda, será guardado, na esperança de se realizarem em outubro, ou será aplicado em outras prioridades? ----------

- Sabemos que as obras estão suspensas(?), quando acabar o estado de emergência, existe data prevista de regresso para as obras recomeçarem no concelho da Mealhada? ----------

- É verdade que o grupo Sonae vai construir uma superfície comercial na Mealhada?

- Ponderam acionar algum apoio da autarquia para o comércio local? ----------

- Sabemos que se vai substituir a fachada da cafetaria da alameda, qual será o uso futuro, será arrendado a terceiros? Será um espaço comercial para a loja das 4 maravilhas? Qual vai ser o futuro deste espaço?" (inicio: após 3 horas e 32 minutos; fim: após 3 horas e 34 minutos). ----------

O Senhor Presidente da Câmara informou que o FESTAME foi suspenso e a Câmara não estaria muito longe de já ter gasto em material de EPI, material de proteção e em testes, esse dinheiro; relativamente às feiras, nenhuma delas se iria realizar e o dinheiro que não se gastasse seria aplicado noutra coisa; quanto à questão sobre a SONAE, tinha recebido uns senhores que questionaram sobre o local onde poderiam instalar um supermercado, tendo solicitado à Senhora Engenheira Margarida Costa que os esclarecesse, e entretanto foram apresentados dois projetos que foram reprovados pelos pareceres dos serviços, e estava em apreciação uma terceira alternativa que era praticamente no mesmo sítio onde

tinham apresentado a segunda; quanto aos apoios a comerciantes, o assunto ainda não tinha sido abordado, mas a partir do próximo dia quatro, algumas lojas da Mealhada estariam abertas e a partir do dia dezoito, seria a grande maioria, alertando que era preciso as pessoas saberem, e a Câmara fazia a divulgação disso, que havia um conjunto de apoios por parte das entidades económicas nacionais; quanto à cafetaria já foram prestados esclarecimentos. (inicio: após 3 horas e 34 minutos; fim: após 3 horas e 41 minutos). ----------

4) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra e no uso da mesma referiu que solicitou à Mesa que intercedesse junto do executivo para completar a Informação sobre os processos em contencioso e nada tinha sido recebido. Acrescentou também ter colocado à Mesa a questão sobre a falta de informação da Divisão de Administração e Conservação do Território, mas atendendo à situação atual e à suspensão de obras, poderia considerar-se que a mesma não podia ser dada, esperando que nos próximos documentos já fosse diferente. Perguntou se foram apresentados pedidos de estudantes e se houve ajudas, qual foi a atitude ou qual poderá vir a ser a atitude da Câmara Municipal para ajudar os munícipes que têm dificuldades em poder aceder às aulas porque estão em casa. (inicio: após 3 horas e 34 minutos; fim: após 3 horas e 43 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa interveio, referindo que o pedido dirigido à Mesa foi apresentado ao executivo, uma vez que era um pedido dirigido à Câmara. (inicio: após 3 horas e 43 minutos; fim: após 3 horas e 44 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou que a DACT registou pouco movimento em função do que aconteceu e relativamente aos processos administrativos, existiu apenas uma alteração de seis euros e noventa num deles, não havendo mais processos para informar. Acrescentou ainda que a Câmara não recebeu nenhum pedido para apoio a alunos de fora do Concelho porque normalmente são os agrupamentos onde estudam que resolvem as necessidades do aluno, estando a Câmara a resolver aos alunos que não residindo no Município da Mealhada andam nas escolas do Concelho. (inicio: após 3 horas e 43 minutos; fim: após 3 horas e 47 minutos). ----------

5) A Senhora Deputada Municipal, Susana Almeida, pediu a palavra, e no uso da mesma, solicitou esclarecimento sobre a publicação da ata de vinte de abril, referida pela Senhora Deputada Municipal, Iola Batista, sobre a aquisição de computadores. A Senhora Deputada Municipal, Iola Batista, referiu ser a Ata mas que a informação teve como base o comunicado de imprensa da Câmara Municipal, tendo a Senhora Deputada Municipal, Susana Almeida, voltado a intervir, referindo que não tendo sido a Ata aprovada, não estava disponível e não era pública. (inicio: após 3 horas e 48 minutos; fim: após 3 horas e 49 minutos). ----------

3) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

A Senhora Presidente questionou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais, João Louceiro e Susana Almeida. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma referiu que na listagem constavam de novo vários compromissos, menos relevantes

em termos de verbas implicadas, referentes a prestações de serviços na modalidade de avença. Relembrou ter entregue na sessão anterior, de vinte e nove de fevereiro, um requerimento à Senhora Presidente da Mesa para que solicitasse e lhe fizesse chegar as minutas dos contratos de prestação de serviços celebrados pela Câmara em múltiplas áreas para poder apreciar os seus conteúdos, registando o seu desagrado, por ainda não ter visto satisfeito o requerido ao abrigo de competências que lhe estão atribuídas, pedindo explicações e entregando o requerimento de novo. Acrescentou não poder aceitar que demorasse tanto tempo, reclamando uma resposta urgente e uma atitude mais diligente da parte da Senhora Presidente e da Mesa. (inicio: após 3 horas e 50 minutos; fim: após 3 horas e 53 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa respondeu ao Senhor deputado Municipal não poder aceitar a acusação de falta de diligência, pois assim que o pedido foi apresentado à Mesa, foi de imediato dirigido à Câmara Municipal, tendo procedido em conformidade no estrito cumprimento das suas obrigações, tendo a indicação de que no Ponto 3 o assunto iria ser esclarecido. (inicio: após 3 horas e 53 minutos; fim: após 3 horas e 54 minutos). ----------

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que de facto a Senhora Presidente da Mesa fez chegar à Câmara o requerimento, tendo solicitado aos serviços a listagem de todos os contratos que estivessem em regime de avença e que a tinha em seu poder, assim como a quantidade de concursos que estavam a decorrer e que poderiam possibilitar que algumas pessoas que estavam com contrato de avença pudessem deixar de o estar, só faltando pedir que fotocopiassem os respetivos contratos (inicio: após 3 horas e 53 minutos; fim: após 3 horas e 58 minutos). ----------

2) A Senhora Deputada Municipal, Susana Almeida, pediu a palavra, e no uso da mesma assinalava a redução da verba afeta, entre 2020 e 2021, para os contratos na modalidade de avença, perguntando se significava que os anteriores prestadores de serviços tinham passado a trabalhadores com contratos de trabalho na função pública, integrados no quadro. (inicio: após 3 horas e 59 minutos; fim: após 4 horas).

A Senhora presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que em vários momentos a Câmara teve empresas prestadoras de serviços, nomeadamente para a limpeza, para os sapadores, para a vigilância e para outros serviços e que, além de serem caros e do serviço não ser satisfatório, teve conhecimento que tratavam pessimamente os trabalhadores. Por isso, deu de imediato ordens para que os contratos não fossem renovados, fazendo a Câmara contratos com esses trabalhadores e muitas dessas pessoas já estavam no quadro, gastando menos em prestações de serviços. (inicio: após 4 horas; fim: após 4 horas e 02 minutos). ----------

4) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 2019 – PARECER DO AUDITOR EXTERNO: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito a Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz. ----------

A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, interveio para solicitar um esclarecimento ao Senhor Presidente sobre o parágrafo em ênfase: "*há imóveis no*

valor de cinco milhões seiscentos e trinta e cinco, duzentos e setenta e um euros, não reconhecidos ainda no balanço, por não estarem registados na Conservatória do Regime Predial, quando se o fossem seriam reconhecidos no imobiliário definitivo e sujeitos às devidas amortizações, afetando a estrutura económica e financeira do Município". (inicio: após 4 horas e 02 minutos; fim: após 4 horas e 04 minutos). ------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que a ênfase era comum e o Senhor Revisor Oficial de Contas fazia-a sempre uma vez que foram feitos investimentos sem os devidos loteamentos, sendo construções difíceis de regularizar no Registo Predial, como as existentes no Parque do Luso, a cafetaria e o campo de ténis, solicitando à Senhora Chefe da Divisão Financeira mais esclarecimentos sobre o assunto. (inicio: após 4 horas e 04 minutos; fim: após 4 horas e 06 minutos) ----------

A Senhora Chefe da Divisão Financeira corroborou a informação apresentada pelo Senhor Presidente, pois com o POCAL não existem condições de inventariar esses bens mas com a implementação do SNC-AP que ocorreu em 2020 esses bens iriam para o imobilizado da Câmara mesmo sem o registo passando a estar refletidos nas contas do Município, no balanço e as suas amortizações, quando houver lugar às mesmas, e na demonstração de resultados. (inicio: após 4 horas e 06 minutos; fim: após 4 horas e 08 minutos) ----------

5) PROPOSTA N.º 22/2020 – INVENTÁRIO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2019: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir tendo o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, referido que o Inventário e Prestação de Contas não foi enviado conjuntamente com os outros documentos. A Senhora Presidente da Mesa afirmou que os documentos foram enviados e reencaminhados com o mesmo link, tendo de seguida o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro confirmado a receção dos documentos através do link remetido pelos serviços. (inicio: após 4 horas e 08 minutos; fim: após 4 horas e 11 minutos) ----------

Não havendo intervenções, colocou a Proposta n.º 22/2020 à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça; abstiveram-se, os Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------

A PROPOSTA N.º 22/2020 – INVENTÁRIO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2019 foi aprovada, por maioria, com 17 votos a favor e 8 abstenções. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. – O Senhor Deputado Municipal, Raul Rodrigues, pediu a palavra e no uso da mesma, leu a seguinte Declaração de Voto: ----------

"*O Orçamento e as Contas Municipais têm a exclusiva e a total responsabilidade do Partido Socialista da Mealhada, do seu executivo Municipal e dos seus Membros da Assembleia Municipal. As suas prioridades são estéreis, não produzem resultados no estímulo à melhoria global de condições de vida da população. Produzem apenas efeitos pontuais, localizados e centrados em pequenos grupos de interesse, mas sem uma dinâmica agregadora, concertada e mobilizadora da população. Vamos em direção errada, muito errada. Como explicar à população que, ao mesmo tempo que se agita a bandeira de 0€ de empréstimos, se destruiu quase 3 milhões de euros, em resultados líquidos negativos, entre 2014 e 2019 exatamente na mesma altura em que nunca se investiu tão pouco. Taxas de execução de investimentos/despesas de capital na ordem do 38% são uma vergonha política. Não chega dizer que tem um saldo de gerência positivo porque isso apenas explica que tem obra a arrastar-se e que felizmente as regras orçamentais não lhe permitem pôr a sua política destrutiva a ser paga com dinheiro que já tem destino.* ----------

Entregaremos à Senhora Presidente da Assembleia Municipal cópia desta intervenção e um quadro resumo com as taxas de execução Municipal e com a apresentação resumida dos resultados negativos das suas contas. ----------

Em 6 anos gastou-se a folga orçamental que vinha de trás, era grande, mas está a terminar e não venha agora repetir que gere bem, porque já estão as cartas todas em cima da Mesa. A sua gestão está a demonstrar-se ruinosa, com a cumplicidade dos seus 3 vereadores e o silêncio total desta bancada Socialista". (inicio: após 4 horas e 20 minutos; fim: após 4 horas e 22 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra, referindo que o Senhor Vogal que fez a Declaração de Voto, ou não sabe fazer contas ou não sabe ler documentos, pois a execução do orçamento de 2019 tem quarenta e nove, sete, de execução de despesa de capital e não de trinta e oito, como foi dito. ----------

(inicio: após 4 horas e 22 minutos; fim: após 4 horas e 23 minutos) ----------

6) DESPACHO N.º 17/2020 – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1: ----------

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba e o Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão. ----------

1) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba pediu a palavra, e no uso da mesma, pediu esclarecimentos sobre a verba de cinco mil euros incluídos no Orçamento para as Juntas de Freguesia apoiarem as festividades das associações e outras festividades das freguesias, sendo certo que aquando da aprovação daquele, o Senhor Presidente da Câmara assumiu o compromisso de que, mal pudesse, seria feita uma revisão para a inclusão de mais cinco mil euros. Perguntou se as freguesias iriam ter dez mil euros para gastar com a pandemia COVID, ou se seriam cinco mil euros para as festas que não se iriam realizar ou se

os cinco mil euros que constam eram os que o Senhor Presidente tinha assumido aquando da aprovação do Orçamento para 2020. (inicio: após 4 horas e 23 minutos; fim: após 4 horas e 25 minutos) ----------
A Senhora presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que o valor de cinco mil euros foi aumentado, dado que não haveria festas de caráter cultural, a dotação orçamental permitia que tal verba fosse aplicada em despesa corrente no combate à pandemia. Frisou que as Juntas de Freguesia teriam o apoio da Câmara Municipal que necessitassem com qualquer despesa relacionada com a luta contra a pandemia. (inicio: após 4 horas e 25 minutos; fim: após 4 horas e 31 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, afirmou ter verificado que a revisão orçamental integrava uma fatia significativa do saldo de gerência nas rúbricas relacionadas com a despesa com pessoal, concretamente com remunerações, contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e seguros e feitas as contas, havia um reforço de setecentos e cinquenta mil euros. Se em termos de orçamento, as referidas rúbricas eram bastante previsíveis, questionou a razão do reforço. (inicio: após 4 horas e 31 minutos; fim: após 4 horas e 32 minutos) ----------
A Senhora presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que houve muita gente que tinha saído dos contratos de prestação de serviços para o quadro de pessoal, e por isso, houve necessidade de reforçar as verbas. Acrescentou ainda que um orçamento era uma previsão. (inicio: após 4 horas e 32 minutos; fim: após 4 horas e 33 minutos) ----------
Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça e abstiveram-se, os Senhores Deputados Municipais: Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------
O DESPACHO N.º 17/2020 – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1, foi aprovado, por maioria, com 23 votos a favor e 2 abstenções. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –
O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, para fazer uma Declaração de voto, tendo referido que: ----------

"Esta Revisão Orçamental é relativa a um orçamento que não é o nosso, pois votamos conscientemente contra o Orçamento para 2020. Agora votámos favoravelmente, para que não seja por nós, que não executem o vosso orçamento para 2020 e não seja por causa da oposição que as taxas de execução do Orçamento de 2020, possam vir a ser, como nos anos anteriores, muito e muito baixas". (inicio: após 4 horas e 36 minutos; fim: após 4 horas e 37 minutos) ----------

7) DESPACHO N.º 18/2020 – APOIO A FREGUESIAS – ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL: ----------

A Senhora Presidente questionou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais, João Louceiro. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, no uso da palavra, leu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"A proposta que apreciamos visa a autorização desta assembleia para um reforço de verba às freguesias no valor de 5000 euros a cada uma. Mas trata-se mesmo de um reforço, ou é apenas a verba anteriormente prevista para apoio a iniciativas de vária índole que agora as freguesias poderão canalizar outros fins, nomeadamente para despesas relacionadas com o combate à pandemia? Entre o despacho que chegou para a ratificação pela AM e a notícia de dia 21 de abril que dava conta da aprovação em reunião de câmara de 30 mil euros para as freguesias, ficámos com dúvidas sobre a dimensão da "generosidade" do executivo para com a s freguesias... --------

Pedimos, portanto, a devida clarificação. ----------

De qualquer modo, se a verba é para "aumentar a capacidade de resposta das juntas de freguesia às necessidades da população decorrentes da pandemia", tem sentido que o montante seja igual para todas, independentemente das concretas realidades populacionais e das previsíveis diferenças na exposição ao contágio e à doença?! O mecanismo que tem servido para apoios a outro tipo de iniciativas – isto é, o mesmo apoio, apesar das diferenças entre povoações e freguesias – deve ser aplicado quando se trata de "necessidades da população decorrentes da pandemia"? Isto tem sentido?! ----------

Ainda umas notas sobre a "generosidade" da câmara... ----------

Mesmo que estejamos a falar dos 30 mil euros que compunham a notícia feita pela Divisão de Comunicação da CMM, temos de dizer que fica bem aquém da oferta disponibilizada ao Hospital da Misericórdia da Mealhada no valor máximo de 150 mil euros, após conversa entre o presidente da CM, Rui Marqueiro, e o provedor da Misericórdia, João Peres... Para além da posterior disponibilização de testes adquiridos também pela CM, que não contestamos, mas sobre a qual ficamos com a dúvida se um hospital privado não deve garantir os seus próprios testes, necessários para acompanhamento do estado de saúde dos seus trabalhadores... -

Porque estamos a falar disto, aproveitamos para pedir informações sobre a aquisição e instalação dos 10 ventiladores que a câmara entendeu poder oferecer ao Hospital, designadamente: ----------

-quantos já foram adquiridos, instalados e estão em funcionamento? ----------

-que utilização estão a ter esses aparelhos? ----------

-sendo adquiridos pela autarquia, ficarão em definitivo a ser propriedade do Hospital?
-de que rubrica do Orçamento vieram ou virão as verbas para a prometida aquisição?
-e ainda uma inquietação que nos ficou da notícia emitida pela câmara: o que ali é dito é que os ventiladores oferecidos são "para serem colocados ao dispor dos munícipes, nesta unidade de saúde, caso algum morador no concelho venha a necessitar deste equipamento médico"; então e aos utentes que não sejam nossos munícipes, que não morem no concelho, não poderiam usar os ventiladores?! Como seria feita tal triagem? A câmara considerou, por algum momento que isto poderia ser aceitável?! ----------

Quer-nos parecer que não, que o senhor presidente da câmara não iria tão longe; tratar-se-á, esperamos, de um erro de comunicação da câmara. ----------

Mas serve, e assim terminamos, para lembrar algo que a epidemia trouxe bem à vista de todos: a enorme diferença entre um Serviço Nacional de Saúde, público e universal, financiado e prestado pelo Estado, e outras coisas que por aí falam, muitas à caça de negócio, em que querem meter-nos pelos olhos dentro que tanto faz ser público como privado. Ao contrário da retórica que também ouvimos aqui no concelho, quando o governo do PS decidiu acabar com o Serviço de Atendimento Permanente, e que continua a ser soprada dos lados das políticas de direita, ao contrário dessa retórica, também, ou especialmente em termos de saúde, não é a mesma coisa falarmos de público ou de privado, não é indiferente quem presta os cuidados. Mas é que não é mesmo! ----------

O SNS, conquista ímpar de Abril, é para todos, de acordo com o que cada um precisa. O privado é para outras coisas: pode ter o seu papel, sim, mas não anda ao mesmo... Quando a coisa aperta, não é o privado que nos salva, meus senhores. Garantir o direito à saúde, é uma coisa; fazer negócio com a doença é outra. Como estaríamos nós se tivesse sido cumprido o desejo da direita – e até de alguns que se dizem de esquerda – de fazer de conta que público e privado são a mesma coisa? Como estaríamos se não tivéssemos, agora, com a COVID-19, o SNS, mesmo com as graves dificuldades em que sucessivos governos do PS, do PSD e do CDS o deixaram?... ----------

Posto isto, o PCP não deixará de votar a favor do apoio às nossas freguesias". (inicio: após 4 horas e 38 minutos; fim: após 4 horas e 44 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que referiu que as freguesias tinham um reforço de verba de trinta mil euros. Afirmou defender intransigentemente o Serviço Nacional de Saúde, o que não significa que não haja colaboração com o Hospital da Misericórdia da Mealhada que também tem servido as pessoas. No início da pandemia, o grande drama era a falta de ventiladores e após ter conversado com o Diretor Clinico do Hospital, percebeu a diferença entre os ventiladores e alguns podem ser uteis mesmo num pequeno hospital como o da Misericórdia para certos tipos de intervenção e como o hospital só possuía dois, nas duas salas de intervenção cirúrgica, foi decidido apoiar, adquirindo mais. Entendia que o Município esteve bem em ajudar o Hospital da Misericórdia, assim como fará se aquele tiver novas valências, encontrando-se a

lutar por duas, uma para um novo lar, e outra, para uma estância destinada à demência. Quanto ao lar, afirmou que após a conclusão do mercado, a Misericórdia podia dispor do terreno que tem sido utilizado para aquele e o hospital cresceria para onde estava o lar e nas traseiras, se a Câmara conseguir adquirir o terreno, e dado o crescimento de doenças neuro degenerativas, seria destinado a esse efeito mas com o compromisso, pois sem isso não haveria aquisição, do lar desenvolver uma instituição que ajude todas as famílias que têm pessoas com demência. (inicio: após 4 horas e 44 minutos; fim: após 4 horas e 54 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, no uso da palavra, afirmou que na qualidade de militante do PSD, faria considerações relativamente ao ataque do PCP às posições do PSD sobre o Serviço Nacional de Saúde que foi criado por um governo do PS, mas na década de oitenta, em governos onde o PSD atuou, foram anos fundamentais para o desenvolvimento e a coesão do Serviço Nacional de Saúde, a conseguir indicadores de saúde que se aproximavam fortemente dos Europeus, o que também aconteceu com Pedro Passos Coelho. Considerava que o problema do SNS era a gestão e a forma como o PCP pensava o Serviço Nacional de Saúde que levaria aquele à falência. No PSD eram a favor, essencialmente, daquilo que funciona e que prova funcionar e o essencial era a relação público-privada e a fiscalização que era feita. A Misericórdia era de gestão privada, mas era uma instituição de carater social, não visando o lucro. Concluiu, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que as suas posições ideológicas, que muito respeita, mas sistematicamente, por tudo, e por nada, chamava questões nacionais e questões ideológicas a pequenas questões locais. (inicio: após 4 horas e 54 minutos; fim: após 5 horas e 01 minuto) ----------

3) A Senhora Deputada Municipal, Isabel Luzeiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, afirmou que o serviço público feito por António Arnaut era dos melhores serviços de saúde europeu e todos deveriam ajudar, e só depois, o privado. Acrescentou que trabalhava nos dois, mas estava sempre a favor do público. (inicio: após 5 horas e 01 minuto; fim: após 5 horas e 02 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação o Despacho n.º 18/2020 – Apoio a Freguesias – Atividades de Natureza Social, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça. ----------

O DESPACHO N.º 18/2020 – APOIO A FREGUESIAS – ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, foi aprovado por unanimidade. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. – O Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, interveio para fazer a seguinte Declaração de Voto: ----------
"Sra. Presidente da Assembleia Municipal, ----------
Votámos favoravelmente esta proposta, mas somos obrigados a fazer uma clarificação ao que está escrito na proposta apresentada. ----------
Todos os anos, pela boca do Sr. Presidente da Câmara, confirmando-se esse cato orçamental, às Freguesias tem sido atribuía uma verba de €25.000 e uma outra de €5.000 para fins culturais, recreativos e de lazer. ----------
Para o ano de 2020 o Sr. Presidente assumiu o compromisso verbal de manter a verba, mas em termos de inscrição orçamental o valor foi reduzido de €25.000 para €20.000, suborçamentando-o, portanto. O apoio de €5.000 para fins culturais, recreativos e de lazer já acima apontado foi mantido. ----------
Aquilo que aqui está espelhado, ao contrário do divulgado pelo Município, são apenas 2 coisas: ----------
1 – Não passa de uma regularização de um compromisso que foi suborçamentado no Orçamento de 2020; ----------
2 – Trata-se também de um alargamento das possibilidades de utilização da verba que estava alocada à cultura, lazer, recreação, possibilitando-se às Juntas de Freguesia a capacidade de utilizar esta verba alocada às atividades relacionadas com a COVID- 19. ----------
Concluímos, assim, que não é verdade que o Município tenha reforçado uma verba, como foi anunciado, mas antes de uma retificação de um compromisso assumido que não foi cumprida". (inicio: após 5 horas e 05 minutos; fim: após 5 horas e 06 minutos) ----------
A Senhora Deputada, Ana Luzia Cruz, interveio para fazer a seguinte Declaração de Voto: ----------
"O Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta proposta porque é um reforço no combate à pandemia, mesmo questionando se o valor não deveria ser adaptado à realidade de cada freguesia. Manter-nos-emos vigilantes em relação à aplicação deste apoio de 5000€ que as freguesias recebem agora não para as festas locais mas para ajudar os seus fregueses". (inicio: após 5 horas e 06 minutos; fim: após 5 horas e 07 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa, referiu que iria ser colocada à votação a continuação dos trabalhos ou não, atendendo a que tinha sido atingido o tempo máximo de quatro horas e meia, previsto no Regimento, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de

Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça. ----------

A continuação da sessão foi aprovada por unanimidade. ----------

8) ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO, ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DA MEALHADA E A CIM-RC: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito a Senhora Deputada, Ana Luzia Cruz e no uso da palavra, fez a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Em relação a este ponto, no nosso entender, fica aqui um bocadinho evidente, a fragilidade desta questão das transferências de competências e ainda por cima, quando elas vêm sem dinheiro a tempo e horas. Aquele contrato só entra em vigor depois de 2020, daí a necessidade do aditamento, compreendemos. A CIM não dispõe de recursos para a manutenção desses serviços até à data do início do contrato, por falta de verbas, então que seja o Município a assegurar esses serviços até lá. Destacamos, no entanto, as cautelas do Presidente da Câmara, no ponto k), quando refere a importância de acautelar os termos da aquisição futura destes serviços de transporte de passageiros, não abrangidos pela rede de serviços de contrato por conta do Município, de forma a prevenir, por exemplo, um aumento de preços. Lamentável seria se tal coisa viesse a acontecer, pois desse modo, estaríamos a prejudicar os Munícipes e vamos ver se isso não acontece*". (inicio: após 5 horas e 12 minutos; fim: após 5 horas e 13 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a partir do momento que a Câmara Municipal decidiu, como todas as autarquias da região de Coimbra, com exceção de Coimbra, transferir competências para o âmbito da CIM, em matéria do concurso internacional de transportes, perante o atraso, era necessário o aditamento em causa. (inicio: após 5 horas e 13 minutos; fim: após 5 horas e 16 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município, enquanto Autoridade de Transportes dos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros, Celebrado entre o Município da Mealhada e a CIM-RC à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira,

Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça e abstiveram-se, os Senhores Deputados Municipais: Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------

O Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município, enquanto Autoridade de Transportes dos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros, Celebrado entre o Município da Mealhada e a CIM-RC foi aprovado, por maioria, com 23 votos a favor e 2 abstenções. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. ---------E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 14 horas e 55 minutos, do dia 2 de maio de 2020, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim, _____ Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99,de18 de Setembro ----------

Dorita de Melo Estêvão

Documento a apensar à ata n.º 16, correspondente à Sessão AMM de 30.12.2019

(de acordo com requerimento feito pelo PCP no ponto 1 da ordem do dia da sessão da AMM de 02.05.2020)

2) Informação do senhor presidente da câmara municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Questões levantadas pelo PCP:

- Segundo a ata da sessão anterior, o presidente da CM "informou que no dia 11 de outubro, sem pareceres desfavoráveis, poderá fazer um despacho aos serviços para iniciarem o processo de concurso público" para a reabilitação da sala polivalente no Luso e requalificação de escada e área envolvente. Confirmou-se o previsto?

- Qual o resultado do parecer pedido aos serviços acerca da recomendação aprovada pela AMM, por proposta pelo grupo municipal do PS, para diligências com vista à colocação de um separador de vias de circulação na estrada nacional, em frente à Zona Industrial de Viadores?

- Requalificação da ES da Mealhada: já houve concurso que permita o retomar das obras? E, já agora, o que está a câmara a fazer para manter a comunidade educativa informada?

- Cafetaria da Alameda... mais três meses, continua na mesma; na última sessão, o presidente da CM mostrava-se esperançado que assim não fosse.

- Jardins de Infância de Casal Comba, Canedo e Carquejo: quanto ao primeiro, ficámos a saber que as obras se depararam com uma dificuldade inesperada; qual é o ponto da situação? Quanto aos outros, o que perguntamos é, vencidos os prazos de execução, as crianças, as docentes e as auxiliares desses dois jardins já passam para as instalações remodeladas no início do 2.º Período?

- Mercado Municipal da Pampilhosa: já vieram os portões da Alemanha? Quando vai ser inaugurado? Ouvimos relatos de problemas também com o empreiteiro desta obra que, se não estamos em erro, não foram falados com a AMM... A data de celebração do contrato foi 08.05.2017 e o prazo de execução era de 365 dias. Constatamos no Relatório do Orçamento Municipal para 2020 que a CM já notificou a empresa e calculou as multas aplicáveis. O que se passa?

- Na informação da Divisão de Turismo e Cultura refere-se a «Pesquisa de bibliografia e atualização de listagem de restauração e assadores de leitão para informação Rota da Bairrada para "Certificação do Leitão à Bairrada"». A CM tem conhecimento de algum desenvolvimento deste processo de certificação?

Um processo, já agora, a que o PCP tem dado atenção, reconhecendo a importância da tipificação daquele produto... Um projeto que poderia contribuir para revitalizar o setor da agropecuária da região que está moribundo, muito por culpa das políticas erradas dos governos nacionais e da união europeia que têm obrigado milhares de pequenos produtores a abandonar a atividade. Para além disso, um processo que pode constituir um relevante instrumento de valorização e defesa da qualidade de um produto gastronómico ímpar e, desta forma, de toda a atividade de restauração que se baseia nele.

Miguel Viegas, enquanto deputado do PCP no Parlamento Europeu, interessou-se pelo adiado processo de certificação do leitão. Pela parte do PCP, este processo pode enquadrar-se numa estratégia mais ampla de desenvolvimento regional assente nos recursos endógenos e destinada a valorizar a produção local, não só do leitão mas de todas as restantes iguarias que o acompanham, incluindo o vinho da Bairrada, outro ex-libris da região. O que, aliás, tem sido ambição destacada no nosso município.

Enquanto cabeça de lista da CDU pelo distrito de Aveiro nas últimas legislativas, Miguel Viegas defendeu esse como um dos objetivos a levar à Assembleia da República e falou dele em sessão de campanha a que assistimos na Mealhada. Infelizmente, na nossa opinião, os eleitores do distrito e mesmo os da região da Bairrada, não elegeram aquele que seria um excelente deputado para representar, também, os interesses legítimos das populações do distrito; a sua maioria preferiu eleger mais dos mesmos, quer deputados do PS, quer do PSD, sabendo-se que uma grande parte deles/as passarão nas suas bancadas quase sem mexerem uma palha pela defesa daqueles legítimos interesses...

- Na informação da Divisão de Educação:

"Auditoria Projetos CIM_RC (Realiza.te)", com uma reunião realizada na CMM de acompanhamento dos vários projetos em execução. Mais à frente, "Programa Imagine.Create.Succeed 2019/2020", reunião de operacionalização do programa no presente ano letivo em todos os ciclos, do pré-escolar ao secundário... O que são? Como estão a acontecer? Onde estão a acontecer e com quem?

Encontrámos insuficiente informação acerca desses projetos. Não deixamos de notar aqui a nossa preocupação por um fenómeno crescente de colonização da escola e dos currículos por projetos formatados e desenvolvidos exteriormente. A motivação é a habitual e não está isenta de riscos: captar financiamento, designadamente de fundos e programas europeus, retirando o exercício de competências e a satisfação de direitos do perímetro orçamental.

- Para terminar, ouvimos várias partes da gravação da sessão anterior por causa do projeto da ata n.º 15. Procurámos, também, uma das intervenções do senhor presidente da câmara que nos pareceu especialmente enigmática. Tínhamos notado uma alusão aos concursos para a colocação dos professores mas, sinceramente, ficámos com a sensação de que nem teríamos entendido bem... E é sobre isso que pedimos ao senhor presidente uma clarificação das suas ideias. Fazemo-lo num contexto em que essa clarificação é importante. Aquilo que pedimos é que o senhor presidente explique o que queria dizer: "é preciso, provavelmente, na revisão constitucional para alguma vez mexer no estatuto do concurso dos professores" (na gravação, essa afirmação aparece após 4h26minutos). Explique-nos, por favor, onde queria chegar e o que pensa sobre este assunto!

3) Acordo de Financiamento a celebrar com a CIM-RC das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes

- Trata-se de um acordo de financiamento a celebrar com a CIM-RC, "para o exercício da competência de exploração do serviço público de passageiros municipal". A CM, por unanimidade, deliberou aprová-lo.

- O PCP tem proposto insistentemente o desenvolvimento de diligências junto da autarquia e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra com vista à articulação de

uma solução que permita servir a parte sul do concelho da Mealhada, a freguesia de Barcouço, com soluções suficientes e eficazes de transportes públicos que sirvam a população e que sejam um argumento para a atratividade daquele território. Facilitar, dessa forma, as deslocações para Coimbra, na opinião do PCP, deve ou deveria ser um objetivo da ação da CM da Mealhada.

- Temos levantado a hipótese que nos parecia tecnicamente mais fácil: a da extensão de linhas dos SMTUC até Barcouço e outras povoações da freguesia. Mas tem-nos sido repetido que essa hipótese conflitua com dispositivos legais e compromissos comerciais. A perder, ficam as populações e o território.

- Já agora, o PCP também tem reclamado a criação ou o reforço de soluções de transportes públicos intramunicipais, facilitando a deslocação dos munícipes, designadamente, à sede do concelho, o que é tanto mais importante para quem não tem meios próprios para o efeito ou encontra outro tipo de limitações.

- Também em relação a isto, avisam-nos que é muito caro, que os obstáculos são demasiados e, assim, o que o PCP propõe acaba sistematicamente desvalorizado e rejeitado... Não obstante constatarmos que se multiplicam iniciativas municipais de transportes dentro dos seus territórios, iniciativas que vão da criação de redes de transporte coletivo até, por exemplo, aos sistemas de transporte a pedido.

- Assim sendo, o que nos interessa saber e ver devidamente esclarecido: em que medida este acordo irá contribuir para aquilo que até agora não se afigurou possível, nem merecer interesse por parte da CM?

- Por exemplo, decorrerá daqui o desbloqueamento de transportes que sirvam a freguesia e as populações de Barcouço? A nós, parece que não... E a leitura do texto do acordo reforçou o nosso ceticismo.

- A CIM é entidade fiável para uma intervenção que resolva esses problemas, ou apenas para perpetuar um quadro insatisfatório de concretização do direito à mobilidade, em particular, dos cidadãos residentes na freguesia de Barcouço?

- Perto de terminar... A consagração de um programa dirigido à redução tarifária na Lei do Orçamento do Estado para 2019 constituiu um avanço de inegável significado. Na anterior legislatura, foi uma das medidas mais relevantes no que diz respeito às condições de vida de um grande número de famílias portuguesas e, sublinhe-se isso em tempos em que as questões ambientais são tão faladas – e nem sempre bem –, foi uma das medidas que maior impacto pode ter no combate às alterações climáticas.

- Sem o PCP e a sua persistência, não teria sido consagrada essa redução tarifária. Alguns dos que correram a tirar louros da medida, ocultam que anteriormente a rejeitaram ou desvalorizaram...

- O PCP defende a redução dos preços dos transportes e a organização de passes sociais intermodais, de acordo com as diferentes realidades de cada região, e não só nas grandes áreas metropolitanas.

- O PCP propõe a gratuitidade no uso dos transportes para menores de 12 anos e a redução de 50% do custo para maiores de 65.

- O PCP reclama a criação do passe família, em condições vantajosas para os agregados que recorram ao transporte público.

- Colocamos, pois, uma última questão sobre a celebração deste acordo: em que medida pode criar condições para realizar esses objetivos e, portanto, melhorar significativamente a concretização do direito à mobilidade e as condições de vida dos nossos munícipes?

- Por último, dos documentos que nos foram enviados para a preparação deste ponto da ordem do dia não constam os anexos referidos no texto do acordo. Julgamos que, fazendo parte dele, também deveriam ter sido fornecidos.

5) Listagem de compromissos plurianuais

- Acerca da listagem de compromissos plurianuais, o PCP pretende levantar duas questões.

- Em primeiro lugar, pedir uma explicação acerca da "Aquisição de contentores de polietileno para recolha de papel/cartão, plástico/metal e vidro". A verba envolvida corresponde a muito dinheiro!

- A outra questão tem sido por nós colocada repetidas vezes... Nesta listagem chega-nos a identificação de 16 prestações de serviços na modalidade de avença, quase todas de operacional de limpeza, mas também uma de nadador salvador e duas de sapador florestal. Já falámos aqui disto, mas sentimos necessidade de o fazer de novo...

- Interrogamos, uma vez mais, o senhor presidente da CM: não deviam estes contratos ser contratos de trabalho e não de prestação de serviços? É seguro que não estamos perante uma situação ilegal mantida pela CM, aliás, em número que não é despiciendo?

- Uma das diferenças entre um contrato de trabalho e uma prestação de serviços é a existência ou não de submissão jurídica por parte do trabalhador. Olhando para as funções que estão em causa – para os postos de trabalho em apreço –, não vemos como é que elas se realizam sem a tal submissão jurídica, o que consubstanciará relações laborais que desrespeitam a lei.

- E não bastará inscrever no contrato celebrado com o trabalhador que ele presta as suas funções sem qualquer subordinação hierárquica, quando tal não corresponda à exata verdade! Assim como não bastará invocar dificuldades decorrentes das regras de contratação e acesso ao emprego público para efeitos de celebração de contratos de trabalho...

- Aliás, uma rápida pesquisa sobre esta matéria, ajudar-nos-á a situar melhor as apreensões que temos formulado.

- Enquanto o contrato de prestação de serviço é tipificado pelo Código Civil, a presunção da existência de um efetivo contrato de trabalho – a chamada presunção de laboralidade – que seja ocultado por uma suposta prestação de serviços é percebida através do art.º 12.º do Código do Trabalho. Aí se estabelece que "Presume-se a existência de contrato de trabalho quando, na relação entre a pessoa que presta uma actividade e outra ou outras que dela beneficiam, se verifiquem algumas das seguintes características:

a) A actividade seja realizada em local pertencente ao seu beneficiário ou por ele determinado;

b) Os equipamentos e instrumentos de trabalho utilizados pertençam ao beneficiário da actividade;

c) O prestador de actividade observe horas de início e de termo da prestação, determinadas pelo beneficiário da mesma;

d) Seja paga, com determinada periodicidade, uma quantia certa ao prestador de actividade, como contrapartida da mesma;

e) O prestador de actividade desempenhe funções de direcção ou chefia na estrutura orgânica da empresa."

- Está a CM em condições de garantir que nas prestações de serviços que contratou não se verificam algumas destas condições?!... E nem têm de ser, necessariamente, todas!

- O PCP volta a apelar à análise, certamente cuidada, destas questões que em diferentes ocasiões já levantou.

7) Proposta n.º 83/2019 – Documentos Previsionais para o ano de 2020

Registar o cumprimento (formal) do Estatuto do Direito de Oposição, mas também a repetida inconsequência do ato: não obstante a apresentação de propostas por parte do PCP e a cordialidade comprovada nos momentos da sua auscultação. É uma atitude que continua a ter leituras e significado políticos.

Há um ano, o PCP até assinalava algumas, poucas, referências cruzadas com propostas por nós apresentadas, embora pusesse, desde logo, a tónica na correspondente execução. Um ano volvido, regista que o aparente acolhimento em nada se traduziu. É com um ceticismo firmado nessa experiência que olhamos, de novo, a inclusão de uma ou outra referência a assuntos pelos quais o PCP se tem batido.

Aliás, os insuficientes desenvolvimentos não se limitam a essas referências: os desenvolvimentos insuficientes marcam também muitas coisas anunciadas pelo PS e pela CM na Mealhada cuja concretização não avança ou cuja finalização vai sendo adiada por razões variadas. E isto não obstante o presidente da CM assegurar que tudo o que foi prometido será feito até ao fim do mandato. Os projetos cujos prazos de execução são dilatados e aqueles que são repetidamente anunciados mas que não arrancam – alguns, uma vez mais, no Relatório do Orçamento para 2020 – continuam a contribuir para os sentimentos de estagnação que vamos ouvindo por todo o concelho, com expressão mais viva em algumas freguesias.

O PCP reitera, também, a preocupação pela acumulação de propriedades que a autarquia tem vindo a adquirir mas que permanecem como inativos em progressiva degradação. Exemplos disso são as instalações devolutas do IVV nas quais, há pouco tempo, deflagrou um incêndio, ou o sucedido com a fachada da Cerâmica das Devesas, na Pampilhosa.

Na apreciação dos documentos previsionais para 2020, o PCP não pode deixar de renovar a crítica à crescente dependência autárquica, política e de iniciativa, de programas e fundos comunitários. Cada vez mais, as necessidades das populações e as oportunidades ficam reféns desses programas e fundos e de quem os decide lá longe e em função de outros interesses.

Sem nos alongarmos num assunto que, pela sua importância, continuaremos a abordar noutras oportunidades, o PCP reitera a firme oposição ao arrastamento do município para o perigoso processo de "descentralização" que é, na verdade, de desresponsabilização do Estado Central para cima do Poder Local. Especialmente em algumas áreas, virá a revelar-se muito negativa, ainda que os seus atuais mentores, na altura, possam já nem estar em funções.

Para terminar, enumeraremos de forma telegráfica as sugestões concretas que o PCP apresentou na fase em que a CM preparava as propostas de documentos previsionais para 2020. Para além das discordâncias políticas de fundo que não escondemos, a enumeração servirá para

aquilatar da distância entre o que propusemos ao abrigo do estatuto do direito de oposição e as opções e prioridades que a CM traz a esta assembleia.

Propostas que foram apresentadas pelo PCP:

- clarificação do destino a dar a diferentes edifícios que permanecem devolutos, envolvendo e auscultando as populações nessas tomadas de decisões;

- elaboração de um projeto de dinamização e animação do Mercado Municipal da Pampilhosa que contribua para a sua utilização plena;

- conservação e melhoria das instalações da EB 2, 3 da Mealhada;

- reforço da atenção sobre as questões da habitação;

- estudo e lançamento de serviços de transportes municipais;

- procura ativa de soluções para transportes públicos no sul do concelho, freguesia de Barcouço, facilitando o acesso a Coimbra e valorizando aqueles território;

- intervenção articulada com outros municípios e entidades com vista à exigência de reabertura da linha Pampilhosa-Figueira;

- reforço da exigência da construção do acesso à estação dos caminhos-de-ferro da Pampilhosa, do lado do Canedo;

- estudo e construção de um trajeto seguro para peões entre a zona de acesso ao parque de campismo e a vila do Luso;

- viabilização de uma piscina no parque de campismo do Luso;

- valorização de espaços públicos;

- resolução de barreiras arquitetónicas e outros obstáculos à mobilidade pedonal;

- construção do centro de acolhimento para animais errantes;

- lançamento, em articulação com as freguesias, de uma rede municipal de ciclovias;

- construção de passeios na rua do Grupo Desportivo da Mealhada;

- parque para autocaravanas;

- apoio ao desenvolvimento da agricultura no concelho;

- extinção dos designados "prémios de mérito" escolar instituídos pela CM;

- criação de um gabinete de apoio ao munícipe;

- lançamento de uma secção de bombeiros na freguesia de Barcouço, em articulação com a corporação da Pampilhosa;

- recuperação dos estragos que perduram provocados pela tempestade Leslie – que ocorreu em outubro de 2018 – e que ainda têm um deplorável testemunho na cafetaria da Alameda da Cidade da Mealhada;

- aperfeiçoamento do regime de incentivos à natalidade;

- adoção de uma postura interventiva (!) quanto à reposição das freguesias de Antes, Ventosa do Bairro e Mealhada;

- empenho da câmara municipal com vista à rápida superação dos problemas que estão a retardar a conclusão das obras do cineteatro da Pampilhosa;

- dinamização de iniciativas que contribuam para uma verdadeira programação cultural no concelho;

- reanálise de todos os vínculos contratuais precários mantidos pela CM no sentido de aferir da sua efetiva legalidade e da prevalência do princípio de que a uma necessidade permanente corresponde um vínculo efetivo;

Terminamos, mesmo, com uma última ilustração: o PCP propôs no programa eleitoral das Eleições Autárquicas de 2017 a criação de um Conselho Municipal das Pessoas Mais Velhas, uma estrutura consultiva constituída por pessoas mais velhas de todas as nossas freguesias, para transmitir as dificuldades, soluções de problemas, opiniões, anseios dos mais velhos. Esta proposta do PCP chegou a merecer, digamos assim, elogio e manifestações de algum interesse, se não estamos em erro, por parte do próprio presidente da CM. No entanto, nada, nenhuma medida foi tomada para concretizar aquilo que parecia ter sido reconhecido como uma boa ideia... Desde 2017, portanto.

9) Proposta n.º 86/2019 – PROVERE Termas Centro – Etapa 2 – 2019/2021

O PCP não se opõe à adesão ao Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos que o executivo propõe à assembleia municipal. Ainda assim, solicitamos esclarecimentos de alguns aspetos que não conseguimos entender através dos documentos que foram enviados.

A CM propõe a adesão ao programa mas, para isso, define pressupostos que o senhor presidente ficará responsável de verificar. O primeiro é o da "verificação de medidas concretas no Plano de Ação que permitam uma verdadeira distribuição de benefícios do Programa pelo território". Porquê este ceticismo? O que aconteceu para trás? O que justifica o que parece ser uma espécie de "gato escaldado de água fria tem medo"?...

Se bem percebemos, esta é uma segunda fase do Programa. Na Memória Descritiva distribuída, correspondente à fase 2016-2018, referem-se dificuldades, mas também se diz que "resultou em mais valias claras na valorização económica da água mineral da região". O Luso e as suas termas beneficiaram, concretamente, de alguma dessas mais-valias?

Outro dos pressupostos é a existência de "um claro benefício para a Estância Termal de Luso em termos de recursos financeiros e de investimento – nomeadamente em animação". Mais uma vez, parece haver aqui alguma desconfiança em relação ao Programa a que a câmara propõe aderir... É assim?

E que recursos financeiros e de investimento poderão ser tidos como aceitáveis para cumprir este segundo pressuposto de adesão? E quando se verificará a sua adequação?

Já agora, a grande motivação para a adesão ao PROVERE Termas Centro 2019/2020 prende-se (principalmente) com a obtenção de financiamento de atividades de animação?! É esta a visão da CM?

O último pressuposto faz depender a adesão do município da aceitação simultânea do estatuto de consorciado no Programa por parte do Grande Hotel e das Termas do Luso. Só assim o

município manterá a decisão de aderir ao programa, caso esta assembleia a aprove. Perguntamos o porquê deste pressuposto e, também, o porquê de serem apenas aqueles os consorciados do Luso desejados pela CM. Havendo no Luso e no Buçaco outros interessados na valorização da estância termal, por que é que a CM reduziu o leque de consorciados ao Grande Hotel e às Termas? Estes já manifestaram essa vontade? E se um rejeitasse a adesão como consorciado?

Estamos em crer que a realização de alguns pressupostos só será verificável no decurso do desenvolvimento do próprio programa. Assim sendo, a ideia de condicionamento da adesão não parece a mais adequada, salvo melhor opinião. O que a assembleia municipal aqui, eventualmente, autorizará é que, caso não se realizem as condições elencadas, sob verificação do presidente da CM, seja suscitada a exoneração do município de acordo com os termos do contrato de consórcio externo, tal como previsto no subponto 1.1. do n.º 1 do art.º 9.º. Confirma-se isto?

Permitam-nos ainda dois reparos finais.

O primeiro para expressar desagrado pela ideia que parece grata aos promotores do Programa: fomentar a "competitividade" dos territórios termais. É outra vez a política e a ideologia a esconderem-se nas "vulgatas" neoliberais. Para nós, esses territórios, as suas populações, o seu tecido económico e social, precisam mesmo é de desenvolvimento e não de se lançarem em competição entre si e com outros territórios; aliás, uns e outros, beneficiarão, isso sim, se houver articulação e cooperação para o desenvolvimento do termalismo, das estâncias termais e das atividades relacionadas.

O último reparo é para o texto da proposta que foi enviada ao executivo... A língua também pode ser traiçoeira e, no caso, cremos que atraiçoou mesmo o senhor vereador Nuno Canilho. É que, por certo sem o querer, acabou a dizer que a avaliação da etapa 2016-2018 por ele feita e apresentada em diferentes momentos "está longe de ser incontestada"... Se estivesse longe de ser incontestada, estaria perto de ser refutada... coisa que o senhor vereador, com certeza, não tinha em mente, desde logo, admitir com tal franqueza.

11) Proposta n.º 89/2019 – Adaptação dos Estatutos da Escola Profissional da Mealhada

Acerca do projeto de estatutos da Escola Profissional, entendemos a necessidade desta adaptação, tendo em conta a posição que a CM assumiu, controlando a totalidade do capital social. Parece-nos, não obstante, que os estatutos e, mais do que isso, a escola, os seus alunos e os seus profissionais, mereciam algo mais determinado pelas missões de educação e ensino que devem orientar a instituição.

Os estatutos apresentados refletem, apenas, aspetos de ordem administrativa e de organização empresarial; poderiam ser os estatutos de qualquer outra empresa de âmbito municipal. Não se percebe que estamos perante uma escola onde se faz ensino e formação profissional...

Mesmo assim, gostaríamos de colocar algumas questões acerca do projeto.

Não percebemos bem como vai funcionar a Assembleia Geral da Escola Profissional da Mealhada. Diz-se que é constituída pelo sócio único, isto é, pelo município da Mealhada; e depois que "o" representante será nomeado pela CM... Isto quer dizer que a Assembleia Geral é composta por apenas um elemento em representação e mandatado pela CM? Isto não é um

pouco anacrónico? Por exemplo, entre outras incumbências, a Assembleia elegerá os elementos do Conselho de Gerência e, estamos em crer, tomará as decisões estratégicas para a atividade da escola...

No projeto, define-se que o mandato dos titulares dos órgãos sociais é coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos. Esta coincidência rígida não criará, porventura, uma excessiva dependência em relação aos autarcas de turno, possivelmente em detrimento do objeto para o qual a escola existe e desenvolve as suas atividades?

Ainda outro pormenor: não obstante os objetivos descritos no art.º 8.º do projeto, as datas para as sessões ordinárias da Assembleia Geral não deveriam ser fixadas de acordo com o calendário letivo, em vez de se orientarem exclusivamente pelo ano económico?

Olhando para as competências do Conselho de Gerência, composto por um presidente e dois vogais, escolhidos pela CM em modo remoto, encontramos o seguinte: "Estabelecer a organização técnico-administrativa da empresa [!] e as normas relativas ao seu funcionamento interno, designadamente em matéria de pessoal e da respetiva remuneração"... O que nos levanta algumas dúvidas que não iremos agora aprofundar mas, mais do que isso, nos permite perguntar algo um pouco à margem da concreta discussão que por ora se faz.

Cremos que há algum tempo o Sindicato dos Professores da Região Centro terá manifestado à direção da Escola Profissional a sua disponibilidade para negociar um acordo de empresa que abrangesse os docentes que ali trabalham, tal como tem estado a ser feito noutras escolas.

Cremos também que aquela disponibilidade manifestada pelo sindicato não teve resposta da parte da direção da Escola Profissional.

Sendo conhecedores desse contacto e do interesse que a celebração de um acordo de empresa pode ter para os trabalhadores e para a escola, não deixamos de perguntar se haverá da parte de quem agora tutela por inteiro da Escola Profissional, disponibilidade para responder positivamente ao convite feito pelo SPRC para a negociação de um acordo de empresa.

Para terminar, uma nota geral sobre este projeto de estatutos para a Escola Profissional da Mealhada. Em todo o seu articulado não se vislumbra qualquer oportunidade ou mecanismo que vise uma gestão participada por parte por quem trabalha na escola e, também, por parte de quem a frequenta. É uma preocupação ausente, a da desejável intervenção e participação dos trabalhadores, docentes e não docentes, da comunidade escolar em geral, na orientação estratégica e na definição de normas de funcionamento da instituição. Também não se vislumbra qualquer perspetiva de autonomia a conferir à escola e à comunidade escolar, mas sim um poder absoluto da autarquia e dos autarcas de turno. É a escola dos autarcas que este projeto de estatutos consagra. Entendemos que não deveria ser só assim.

13) a 20) Propostas n.ºs 92 a 99/2019 – Designação dos membros dos júris para Procedimentos concursais para recrutamento e seleção para os cargos de Chefe de:

Para economia de tempo, trataremos tudo numa só intervenção.

Nos textos das propostas, tal como foram endereçados ao executivo, surge a explicação decorrente da lei de que os membros do júri para estes procedimentos concursais devem ser personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal. São estes os critérios, que, portanto, devem ser seguidos. Não queremos pôr em dúvida que tal se

verifique, quer para os propostos externos à autarquia da Mealhada, quer para aqueles que nela trabalham. Ainda assim, entendemos que alguma nota devia haver para fundamentar as escolhas feitas pelo executivo em função daqueles critérios.

Segundo o mapa de pessoal, os postos de trabalho em causa têm sido assegurados por trabalhadores em relação aos quais está inscritas as observações "Comissão de serviço-lugar cativo Técnico Superior" e "Lugar de origem cativo/técnico superior". Pedimos uma explicação "técnica" para isto. Estes procedimentos concursais são impostos pela lei, mas determinados trabalhadores têm vindo a exercer as funções em causa. O que é que a CM prevê em relação a isto? Que alguns possam ser afastados na sequência destes procedimentos? Que os procedimentos conduzam, inevitavelmente, à seleção de quem já tem estado em funções? Aparecerão outros candidatos?

Por último, qual é o montante da remuneração que a CM decidiu atribuir a cada membro de júri não vinculado à administração pública, caso as propostas sejam aprovadas pela assembleia municipal?

JL.06.02.2020